



X

26 A 28 DE SETEMBRO • 2019

CONGRESSO DO SINTRASEM

Organizar a luta em defesa do
Serviço Público Gratuito e pelos
Direitos da Classe Trabalhadora

CADERNO DE TESES

A PRESENTAÇÃO

De 26 a 28 de setembro de 2019 ocorre o X Congresso do Sintrase, com o tema “Organizar a luta em defesa do serviço público gratuito e pelos direitos da classe trabalhadora”. Trata-se de uma oportunidade de debater e organizar a nossa batalha em defesa do Serviço Público Gratuito e dos direitos dos trabalhadores.

Nesta edição, foram inscritas 7 teses que buscam contribuir para o debate ao propor diretrizes políticas e planos de lutas que vão orientar as ações do sindicato nos próximos três anos. O formato de cada uma foi mantido o mais próximo possível ao original, sem edições, cortes ou formatações. As teses são:

1. Unidos Vamos à Luta – CUT 07
2. CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil. Um novo ciclo de lutas em defesa da democracia, do Brasil e dos direitos do povo 13
3. Em defesa da independência de classes e da unidade dos trabalhadores contra os governos capitalistas 19
4. Contribuição da Unidade Classista e independentes para o X Congresso do Sintrase 25
5. A classe trabalhadora resiste! Contribuição da Resistência Sindical para o Serviço Público de Florianópolis 31
6. Organizar a luta em defesa do serviço público gratuito e dos direitos da classe trabalhadora. Fora Bolsonaro! 37
7. É possível vencer! Unidade e autonomia para avançar na luta 43

Entre 20 de agosto e 20 de setembro ocorre as eleições para delegados ao X Congresso do Sintrase, cujas instruções também estão neste caderno.

Cada trabalhador deve ler com atenção as teses publicadas neste caderno e levar as discussões até os seus locais de trabalho, buscando contribuir de forma efetiva para que o Sintrase continue sendo reconhecido como um sindicato de luta na defesa da categoria e de toda a classe trabalhadora!

INSTRUÇÕES PARA ELEIÇÃO E INSCRIÇÃO DE DELEGADOS AO X CONGRESSO DO SINTRASEM

1) DELEGADO NATO

Não precisam ser eleitos no seu local de trabalho os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e titulares do Conselho Deliberativo do SintraseM (Art. 3º).

O delegado deve preencher apenas a “**FICHA DE INSCRIÇÃO DO DELEGADO NATO**”.

2) DELEGADO ELEITO

Deverá ser eleito em cada local de trabalho 1 delegado para cada 50 trabalhadores. O local de trabalho com mais de 50 (cinquenta) trabalhadores elegerá mais 1 (um) delegado. **Para ser delegado ao Congresso o trabalhador deve ser sindicalizado. Caso não seja, deverá se filiar no ato da eleição** (Art 3º, F).

Segue os exemplos: 50 trabalhadores = 1 delegado. 51 a 100 trabalhadores = 2 delegados. 101 a 150 trabalhadores: 3 delegados, e assim sucessivamente (Art. 3º, C). Os locais que não possuírem 50 trabalhadores elegerão 1 (um) delegado (Art. 3º, C).

Devem ser preenchidas a “**ATA DA ELEIÇÃO DO DELEGADO**”, “**LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO DO DELEGADO**” e preencher a “**FICHA DE INSCRIÇÃO DO DELEGADO ELEITO**”.

3) PRAZOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação do delegado nato e do delegado eleito deve ser entregue até dia 20/09/2019, das 8h às 18h (Art. 6º) na Sede do SintraseM e está disponível no endereço: <http://sintraseM.org.br>.

4) INFORMAÇÕES SOBRE LOCAL, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

O X Congresso do SintraseM será realizado nas dependências do **Morro das Pedras Praia Hotel, Florianópolis, de 26 a 28 de setembro de 2019**, assim distribuídos (Art. 2º):

- Dia 26/9 (quinta-feira): 18h30 às 21h30;
- Dia 27/9 (sexta-feira): 8h30 às 18h30;
- Dia 28/9 (sábado): 8h30 às 12h.

O SintraseM disponibilizará a seguinte estrutura aos delegados participantes:

- Transporte nos dias do congresso, saindo sempre 1h30 (uma hora e meia) antes do início das atividades de cada dia do Largo da Alfândega e retornando para o centro ao final das atividades.
- O delegado terá direito a alimentação durante os dias do congresso.
- Caso o delegado informe através de ficha de inscrição, sendo necessário, será garantida hospedagem em quarto compartilhado no Morro das Pedras Praia Hotel.

UNIDOS VAMOS À LUTA - CUT



Com o objetivo de fortalecer nosso sindicato e a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, apresentamos esta tese para contribuir com o X Congresso do SINTRASEM - 2019. Nosso agrupamento sindical reúne militantes comprometidos com os princípios e compromissos da fundação da Central Única dos Trabalhadores (1983): “Independência dos patrões e governos, autonomia diante dos partidos políticos e engajamento na luta de classes na via da emancipação dos trabalhadores de toda a forma de exploração e opressão”. Diante da conjuntura de destruição dos direitos, estamos dispostos a fortalecer nosso sindicato para que seja sempre um instrumento a serviço da luta contra o capital e seus representantes, sempre munidos da força coletiva e organizada da classe trabalhadora.

A situação mundial e a luta dos povos no mundo

A crise financeira de 2008-2009 soou o alarme. As forças produtivas se tornaram cada vez mais destrutivas. A intervenção com trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro só aumentou os déficits públicos, que agravaram cortes e reduções de direitos. A concorrência selvagem, a superprodução de capitais e a baixa dos juros levaram os Estados a tentar se refugiar num protecionismo impossível. O parasitismo ampliou com a “uberização” da economia e a dita transição digital. Uma nova onda de desindustrialização tocou no coração da economia: a produção da mais-valia. Nessas condições, a queda tendencial da taxa de lucro levou a uma ofensiva inédita contra as conquistas de classe. A guerra comercial de Trump contra a China não pode ir até o fim. Os EUA são dependentes da China, e a China, por sua vez, depende do mercado mundial dominado pelo dólar. Na Europa, os governos destroem as conquistas do pós-45. A União Europeia era um quadro de concertação dos governos para organizar os ataques aos trabalhadores e povos; hoje, pela crise, pela ofensiva de Trump e pela resistência das massas, esse quadro está em vias de desagregação (Brexit). A ofensiva capitalista ameaça desagregar nações, mas é o único meio do sistema sobreviver, inclusive pilhando em guerras. A América Latina, com suas particularidades, não poderia durar como uma exceção à regra: aqui, os golpes do imperialismo acabaram facilitados pelo impasse a que conduziram os governos “progressistas” ao evitarem romper com o imperialismo e frearem as massas. Mas são ainda essas massas que empurram o governo Obrador no México a medidas que confrontam o imperialismo, que no Brasil tentam usar suas organizações contra os ataques do governo pró-imperialista de Bolsonaro, que na Venezuela resistem à ingerência estadunidense enquanto faltam as medidas econômicas e sociais do governo Maduro de ruptura que protejam os trabalhadores e a nação do bloqueio imperialista. É a resistência que em várias partes do mundo pode originar explosões revolucionárias. Foi o que ocorreu na Argélia, nas manifestações contra o regime, e na França, com os “coletes amarelos”. São movimentos que vem de baixo, muitas vezes de fora das organizações, mobilizando as camadas mais oprimidas e exploradas.

A situação nacional e a crise do capitalismo

O desemprego bate recordes. Cresce a informalidade e a precarização, com a queda do poder aquisitivo após alguns anos de degradação da situação econômica, política e social, que já beira o desespero em diversos setores e, principalmente, após oito meses desse governo antipopular e antinacional, que aponta no rumo de uma convulsão social. Tudo isso, aprofunda o estado de exceção,

aberto há três anos pelo golpe parlamentar do impeachment, organizado pelos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado – que mantém Lula preso em Curitiba – com apoio midiático e empresarial.

A ofensiva desenvolvida pelos diferentes governos de desmonte dos serviços públicos vem se acentuando de forma violenta com a aprovação da Reforma Trabalhista, da MP-881 que aprofunda a reforma trabalhista, da EC 95 que congela os gastos públicos, e com o aumento das políticas de privatização, terceirização e ampliação das OSs (organizações sociais). As políticas de destruição do serviço público se aprofundam: o SUS (Sistema Único de Saúde) está sendo desmantelado, enquanto a educação sofreu cortes de R\$ 6,2 bilhões que atingem da educação básica às universidades, com o programa Future-se. Diante dessa ofensiva, devemos estar cientes que defender o serviço público é defender a nação e o povo trabalhador que necessita dos serviços públicos. A escalada de ataques quer acabar com a estabilidade no emprego e com o concurso público, abrindo espaço para contratações de forma “clientelista”. A saída da crise passa por defender e resgatar as estatais estratégicas para o desenvolvimento – a reestatização da Vale, por exemplo, que é uma questão de vida para os trabalhadores, do povo do entorno e para a preservação ambiental contra a política predatória; assim como são vitais para o futuro da nação a recuperação da Petrobrás e o marco regulatório do Pré-sal, a defesa dos Correios, do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas contra a privatização do entreguista Bolsonaro. Também é preciso construir uma política de desenvolvimento do mercado interno que recupere o reajuste real do salário mínimo, enfrentando as exigências do mercado financeiro dos infundáveis superávits fiscais primários impostos pelo FMI, que privilegiam o pagamento dos juros da dívida aos bancos em detrimento dos investimentos sociais. Entre essas propostas se inclui a derrubada dos juros e o controle de capitais contra a especulação, assim como a revisão das isenções e “incentivos” federais e estaduais.

Reforma da Previdência: para virar o jogo, precisamos de uma nova greve geral!

As extraordinárias manifestações do dia 15 e 30 de maio a greve geral do dia 14 de junho e a recente mobilização de 13 de agosto demonstram a disposição da classe trabalhadora e da juventude para enfrentar estes ataques. No texto da Reforma da Previdência aprovado na Câmara, que está agora no Senado, alguns pontos como a capitalização foram retirados, mas podem voltar com ainda mais gravidade dada a desconstitucionalização de regras previdenciárias. A reforma mantém em seu centro a idade mínima para se aposentar de 65 para homens e 62 anos para mulheres, e também a média de todas as remunerações como forma de cálculo do valor da aposentadoria. Ou seja, aumenta-se a idade e diminui o valor da aposentadoria. Dizer que Estados e Municípios “estão fora da reforma” é, na verdade, um engodo, pois os servidores regidos por CLT já estão incluídos e os que têm Regime Próprios de Previdência (RPPS) serão atingidos pelas exigências contidas na PEC. A realidade partirá do que for aprovado na PEC 06/2019 para pior, pois já se estabelece a possibilidade de cobrança de até 22% nas alíquotas, cobrança dos aposentados a partir de R\$ 1.000,00 e flexibilização do abono de permanência. Portanto o caminho é a luta, temos que estar ligados ao calendário nacional da CUT neste combate, exigindo a retomada de uma greve geral que pare o país até derrotarmos a Reforma da Previdência.

A luta pelo fim do governo Bolsonaro

É central a luta contra o governo Bolsonaro em defesa dos direitos e da democracia no país, que se concentra na exigência da imediata e incondicional libertação de Lula, com a anulação das condenações e a responsabilização dos atropelos jurídicos cometidos pela Operação Lava Jato sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal –escancarados pelas revelações do The Intercept. Esse é um governo autoritário, que tenta amputar os sindicatos e criminalizar o movimento popular, mas é frágil pela origem na fraude – com o “lawfare” para a pré-

via prisão de Lula e depois as “fake news” – e pela sua coalizão improvisada. Esse governo é apoiado por uma cúpula militar, selecionada na ocupação militar do Haiti (Minustah), e reforçada pela GLO (“garantia de lei e ordem”), onde agem internamente com os mesmos métodos genocidas das PMs contra negros e pobres. Temos clareza que, em caso de impeachment e ascensão do vice Mourão à presidência, continuaria-se aplicando o mesmo programa, resultando na mesma crise para o povo.

Para sair da crise é preciso um governo que defenda as aspirações sociais e econômicas do povo com liberdade para os presos políticos, que restabeleça os programas sociais e fortaleça a educação e saúde públicas, além de promover a demarcação das terras e autonomia dos povos indígenas, e que defenda a Amazônia. Um governo que também revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (EC 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e todos os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro. Para avançar em várias destas medidas e nas reformas necessárias para um desenvolvimento soberano, como a agrária, da mídia, política, jurídica, tributária, e, inclusive, militar, exige-se uma profunda reforma política de Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe, que são um entrave. O meio democrático de fazê-lo é através da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana. A experiência mostra que pela conciliação de classes não se avança, e que adiar as reformas populares necessárias acaba apenas dando tempo e força ao inimigo.

Em Santa Catarina: Moisés é Bolsonaro, e Gean é privatização e ataques aos direitos

Em SC, o governador Carlos Moisés (PSL), correligionário de Bolsonaro, defensor público da Reforma da Previdência e das privatizações, já extinguiu órgãos públicos na sua Reforma Administrativa, colocando o setor de infraestrutura do estado nas mãos das empresas privadas e seguindo a diretriz do Programa Nacional de Desestatização do governo federal.

Em Florianópolis, o prefeito Gean Loureiro (agora sem partido, mas que chegou à prefeitura nos braços do MDB e de uma ampla aliança) vem alinhado a esta conjuntura de retirada de direitos e destruição do serviço público. Desde a sua chegada em 2017, o serviço público foi atacado com a retirada ou restrição de direitos no pacote, o ataque à nossa previdência, a lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), das OSs, a terceirização dos almoxarifados e o voluntariado. Os recursos reduzidos em todas as secretarias somados à ausência de concurso público levam a uma situação catastrófica. Locais de trabalho são literalmente fechados da noite pro dia por problemas estruturais, como aconteceu na Escola Anísio Teixeira e no CAPS Ponta do Coral.

Enquanto o governo gasta milhões em propaganda de obras, as unidades enfrentam problemas como chuva dentro das salas de aula, turmas superlotadas, falta de medicamentos, de materiais para fazer curativo, papel, material pedagógico, de EPIs e número reduzido de trabalhadores para atender as necessidades da população. Florianópolis apenas vê cair o investimento em saúde, ficando abaixo da média nacional no ranking de gastos por habitante em saúde pública. Recentemente foi criada a Lista de Pacientes, um passo a mais na direção da privatização da Atenção Primária.

Na educação, o avanço na democratização do acesso não garantiu mais qualidade das condições de trabalho. Queremos todos presentes e avançando, mas isso não se resolve com parcialização das vagas da Educação Infantil e aprovação automática no fundamental, tampouco só com prédios – ainda mais se, para dar vida a estas obras, recorre-se à terceirização e à precarização do trabalho. É preciso concurso público, piso do magistério na carreira e valorização dos profissionais para enfrentar os desafios da educação na atualidade.

Já na Comcap, a transformação em Autarquia não resolveu o problema da falta de investimento. Na prática, piorou a situação de sucateamento ao burocratizar o processo de compras de peças e equipamentos, além de trazer a discussão de direitos reduzidos para os novos trabalhadores. Neste período aconteceram mobilizações e greves na busca do mínimo necessário para fazer a limpeza da cidade. Depois de vencermos a etapa que garantiu um acordo coletivo na forma de lei com

investimentos e os mesmos direitos para os novos trabalhadores, devemos seguir na luta central do próximo período: a realização de um concurso público para diminuir a sobrecarga dos trabalhadores e aumentar a qualidade do serviço prestado à cidade.

Organização Sindical

O sindicato deve congregiar em seu interior todo trabalhador da categoria, sem nenhuma discriminação de convicção filosófica ou partidária. O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes imediatos (os patrões, a classe capitalista) ou indiretos (os diversos níveis do aparelho de Estado, que nunca é neutro, pois estão a serviço da classe dominante). Defendemos um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e que só pode se sustentar de forma perene com a contribuição consciente e voluntária da base que pretenda representar. Isso significa estarmos atentos para enfrentar medidas que tentem interferir no direito à liberdade sindical, como foi o caso da MP 871 do governo Bolsonaro. Os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores devem ser preservados, a começar pelo direito de organização sindical. Não devemos nos intimidar: temos que reafirmar a ratificação da convenção 87 da OIT de liberdade e organização sindical, ligada diretamente ao direito de negociação coletiva contida na convenção 151 OIT, que precisa ser ratificada. Reafirmamos assim o direito de sindicalização e de greve nos serviços públicos.

A CUT representa uma conquista da classe trabalhadora. Sua fundação foi resultado de um movimento profundo da classe definida pelo seu lugar objetivo nas relações de produção capitalista para uma classe que, através de sua organização independente dos exploradores, começava a ter consciência que seus interesses são opostos e contraditórios aos da classe dominante. No último período, a CUT ocupou um lugar central na defesa dos direitos da classe trabalhadora desde a luta contra o golpe. Romper com a CUT hoje significaria isolar nossa categoria do processo de discussão com milhares de trabalhadores do campo e da cidade, do serviço público e da iniciativa privada. Temos críticas a posições adotadas – algumas vezes contraditórias – ou que taticamente não foram as mais adequadas na luta contra a exploração da classe ao longo da história. No entanto, é inegável para nós a importância da existência da CUT no atual cenário político brasileiro. Defendemos a manutenção de nossa filiação à CUT e o combate na defesa da independência de classe frente a patrões e governos em todas as suas instâncias. O que não representa avanço na organização sindical é a criação de centrais sindicais de maneira artificial, como extensão de partidos políticos, sejam quais forem, dividindo a classe e fragmentando a luta.

Negros e negras, mulheres, LGBTIs e povos originários no movimento sindical

As políticas de ataque de direitos afetam diretamente os negros e as negras, as mulheres e a população LGBTI. O Brasil tem a maior população negra fora da África e a segunda maior do planeta, e todo seu capital civilizatório nos caracteriza como povo. Foi uma migração forçada para alimentar a escravidão, parte da pilhagem bélica que o capitalismo organizou no continente africano depois de roubar as riquezas naturais para manter a dominação econômica imperialista. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, mas o racismo e as suas consequências perduram até os dias atuais. A esmagadora maioria das vítimas das chacinas policiais são negras; a renda média dos trabalhadores negros é inferior a dos trabalhadores brancos; o número de desempregados é maior entre os negros; o número de analfabetos negros é o dobro em relação aos brancos.

Em relação às mulheres trabalhadoras, a contrarreforma trabalhista não poupou nem a proteção à maternidade, permitindo que a gestante agora trabalhe em ambiente insalubre. Outro ponto é a flexibilização da jornada de trabalho por acordo individual, que faz com que a trabalhadora possa ser obrigada a cumprir longas jornadas no emprego, para voltar para casa e ter mais uma longa jornada de trabalhos domésticos (passam em média o dobro do tempo que os homens executando

tarefas em casa). As mulheres participam em condição inferior no mercado de trabalho, recebendo cerca de 30% do salário em uma mesma função exercida por um homem, e são mais atingidas pelo desemprego que afeta a classe trabalhadora brasileira. As mães que dependem do serviço público sofrem com a falta de vagas em todos os níveis na educação pública. Além dos ataques aos direitos trabalhistas, as mulheres sofrem com a violência diária em nosso país: feminicídio, violência doméstica, estupro e assédio são uma triste realidade que as mulheres enfrentam todos os dias. O Brasil ocupa o vergonhoso quinto lugar no ranking mundial de feminicídio. Em Santa Catarina, no primeiro semestre de 2019 o número de casos dobrou em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, a população LGBTI vê direitos civis da união homoafetiva ameaçados, enquanto o obscurantismo e o conservadorismo ampliam o número de casos de violência e assassinatos. O rebaixamento salarial e a retirada de direitos dos negros, mulheres e LGBTIs fazem parte da política do capitalismo para atacar toda a classe trabalhadora. Por isso precisamos fortalecer a discussão da comissão de negros e negras, mulheres e LGBTI do SintraseM.

Precisamos fortalecer a participação nos locais de trabalho no Conselho Deliberativo. A organização deve ser um instrumento coletivo onde o conselheiro não se resume ao repasse de informações, mas um sujeito político ativo que organize a luta no seu local trabalho.

• **Finanças e patrimônio:** Defendemos a elaboração de estudo para aquisição de um terreno com o objetivo de construir uma sede de formação política e social. Este estudo deve ser submetido a todas as instâncias da categoria, que deliberarão sobre a viabilidade econômica da proposta.

• **Plano de Lutas:** A) Em defesa da Previdência Pública, Greve Geral contra a PEC 06/19; B) Lula Livre! Lava Jato é fraude! Pelo fim do governo Bolsonaro!; C) Convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana para abrir o caminho das aspirações e reformas populares (agrária, urbana, democratização da mídia e outras); D) Revogação da EC 95; E) Revogação da Reforma Trabalhista e contra a MP 881; F) Auditoria pública da dívida; G) Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e Fim do Superávit Fiscal Primário; H) Revogação da Lei das OSs; I) Contra as privatizações e pela reestatização de todas as privatizações, em especial da Vale do Rio Doce; J) Petrobrás 100% Estatal e retomada do marco regulatório do Pré-Sal; K) Lutar contra a criminalização dos movimentos sindical e popular; L) Lutar contra as perseguições políticas, assédio moral, racismo, machismo e a LGBTfobia; M) Apoio à luta dos trabalhadores na Argélia. Liberdade para Luisa Hanunel; N) Defesa da Venezuela contra os ataques do Imperialismo; O) Fortalecimento da CUT, defendendo os princípios de independência frente a patrões e autonomia em relação aos partidos, participando organizadamente de suas instâncias e fóruns; P) Contra as DRU; Q) Contra os cortes na educação e o Future-se; R) Defesa do SUS e do SUAS públicos, estatais e gratuitos; S) Abaixo a Lei da Mordacal; T) Estabilidade no e emprego e redução da jornada sem redução dos salários. U) Defesa das convenções 87 e 151 da OIT V) Contra a extinção das NRs.

• **Na PMF e na COMCAP:** A) Manutenção e defesa da COMCAP 100% pública e estatal. Contra a privatização! Revogação da Lei da Autarquia; B) Lutar por investimentos que garantam o funcionamento da COMCAP em todas as áreas!; C) Destinação final do lixo sob o controle da COMCAP; D) Construção das estações de transbordo no Norte e Sul da ilha; E) Concurso público para todas as áreas. Fim das terceirizações e revogação da lei municipal das OSs! Municipalização dos almoxxarifados e da zona azul; F) Pagamento do piso nacional do magistério na carreira com inclusão das tabelas do nível médio e licenciatura curta; G) Ampliação das letras no plano de carreira do magistério; H) Contra as avaliações institucionais meritocráticas; H) Pagamento do PCCV do Quadro Civil; I) Passagem das auxiliares de sala para o quadro do magistério; J) Eleição direta para as coordenações do Quadro Civil; K) Contra os cortes no orçamento da PMF: mais investimentos no serviço público; L) Pelo fim dos parcelamentos dos fundos de previdência dos servidores públicos

municipais e pagamento em dia da parte patronal. Contra fundo complementar de previdência; M) Passagem dos ACSs e ACEs para o regime estatutário; N) Contra o fechamento dos CRAS e CREAS e pela ampliação do serviço de assistência social; O) Pelo direito de manifestação nos locais de trabalho; P) Fim do assédio moral e perseguições políticas nos locais de trabalho!; R) Por uma política de saúde dos trabalhadores. Contra a privatização da perícia; S) Por uma política pública de formação continuada dos trabalhadores da PMF e da COMCAP; T) Revogação da lei do voluntariado; U) Lutar por equipes completas em todas as unidades de trabalho; V) Unificar PMF e COMCAP em torno das pautas em comuns em defesa dos direitos das classes trabalhadora!

ASSINAM: Renê Munaro; Willian dos Passos; Bruno Ziliotto; Emirame Demaria Silva; Elveni Mendes Lisboa (Ika); Jeová Francisco da Silva; Juçara Rosa Silva; Larissa de Melo Alvarenga; Marcos Alexandre Alceno; Valcioni Fernandes Agaci Filho; Sirley Bandeira de Souza; Suzete Juracy Garcez Farias; Luciani dos Santos Vieira; Igor Tavares da Silva Chaves; Marta Regina Tessaro Souza; Zilmar Matos Fernandes; Sebastião Rodolfo Horstmann; Ailson Antonio Coelho; Adenaide Ferrari; Adriana Santos Medeiros; Adriano de Oliveira; Aldarlei Aderbal da Rosa; Alessandro Santos; Aline Maria Rios; Aline Silva Zilli; Almir dos Santos Pereira; Amanda Scheffer Beltramin; Amanda Vieira Vingla; Ana Carolina Rodrigues Herrera; Ana Lúcia Machado; Andrea Martins Goulart; Anelise Maciel Linck de Oliveira; Aralan Gessé Ribeiro de Jesus; Ariane Alvarenga; Áurea Demaria Silva; Camilla Boff; Carina Garcia Nunes; Carolina Frutuoso; Cecília Cassol Dalmolin; Célia Costa; Célia Machado Vieira; Cesar Gilberto Garcez; Charles Pires; Christian da Rosa Amaral; Claudia Regina Poffo; Clélia Terezinha Adriano Silvano; Cleusa Francisco dos Passos; Cleusa Regina Heidemann Xavier; Clóvis Demétrio dos Santos; Cristiane Rosa; Daiana Alflen Mendes; Daiana Beatriz da Silveira; Daniel da Silva; Darlan Wagner Tasca; Deisy Maria Radichewski; Diego Souza Limas; Diego Veloso Soares; Donovan Bacilieri Soares; Edilene da Silva Monteiro; Edna Juracy Gascez; Ednei Luiz Belettini; Edneia Patrícia Dias; Eduardo Esmael Marcelino; Ellen Deola Souza; Fabiana de Souza; Fabiana Ribeiro; Fabiano Machado; Fátima Menoncin; Felipe Maciel; Francieli Coelho; Gabriel de Aguiar Antunes; Genoir Francisco Rosa; Glauco Logan Lisboa; Grasiela Valério; Guilherme Leonardo Furtado da Rosa; Guilhermina Rosegle dos Santos; Iara Bertani; Ivanildo Antonio de Souza; Izauria Zardo; Janaína Alflen Mendes; Janderson Nivaldo Vieira; Jane Maria Corrêa Setúbal; Jaqueline Cristina de Andrade; Jean Sidinei de Mello; Jerusa Mendes Junckes; João Vinicius Paim da Silva; José Roberto de Faria; Josiani Marlise de Souza; Juliana Lange Ramos; Juliano Silveira; Jussara Martins da Silva; Jussara Regina Silveira Lamin Henrique; Kátia Regina de Oliveira; Kátia Regina Hillesheim; Leandra Martinha Mariano; Leandro Molina; Leila Andrade Dias; Leonardo Bitencourt; Leonardo Isidoro; Letícia da Silva Corrêa; Letícia Novelli Krause; Liliana Budag Becker; Liriam Maura Souza; Livia Maria Fontana; Lucelena da Silva Souza; Lucienne Bambini; Lúcia Maria dos Santos Machado; Luciana Cipriano; Luciane Borges; Luciani Capistrano Duarte; Maicon de Souza; Mara Isolete Garcez; Marcelo Florentino; Marcelo Gil de Souza; Márcia Krause; Márcia Theodorico Mezzomo; Márcio Beterraba; Maria Carolina Moreira Flores; Maria Cristina Goettens; Maria de Lourdes Pinheiro; Maria de Souza Nunes; Maria Estela da Conceição; Marília Assumpção Baron; Marina Fuchs; Marinete de Souza de Campos; Marisa Aparecida de Freitas Cardoso; Marizete Maria Sálvio; Marli Piazero; Michele Albino Motta; Miriam Martins Vieira da Rosa; Mislene Marcelina; Mônica Novoa de Queiroz; Naia Leni Romano Vianna; Nicanor João Bastos; Nirvana Morel Saes; Paulo Faustino; Rafael Sebold; Rafael Weinhardt Borges; Rafaela Oreano Medeiros; Rafaela Regina Rosa; Raquel Matiosa; Ricardo Junckes; Richelle Maria de Medeiros Machado; Roberta Zimmer de Cerqueira Cezar; Rosângela Sabini; Rose Helena Gusberti; Sabrina Nobre; Sandra Maria Milan da Silva; Sandro Luiz Todeschini; Selita Haschel; Selma Garcez; Sérgio Luiz Ribeiro; Silvana Faustino; Silvana Marcelino Garcez; Silvia Helena Miollo Borgmann; Simone Serafim Corrêa; Sintia Elizabete Ferreira; Stefany Julia Pazin Dias; Sylvio da Costa Júnior; Tamara Fernanda Gutkoski; Tânia Nakos; Tatiane Kuchnier de Moura dos Santos; Thiago de Almeida Bataglion; Tiaraju Borba Ferreira; Vanderley Gonçalves; Vanessa Sartor; Vanessa Vinícia da Costa; Vileide; Sabrina Euzébio; Volnete Alves; William Hideyuki Martini Miasato; Willian Roberto de Souza; Wladson Dalfovo.

CTB - CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

UM NOVO CICLO DE LUTAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DO BRASIL E DOS DIREITOS DO POVO

Uma viragem política de grande envergadura

1 - A eleição de Jair Bolsonaro representa o término do ciclo político iniciado em 1985, com o fim da ditadura militar, que teve na Constituição de 1988 um marco da consolidação da redemocratização do país, da conquista de direitos ao povo brasileiro, passando pela resistência ao neoliberalismo na década de 1990, pelos avanços protagonizados pelos governos progressistas desde 2003, até o golpe jurídico-parlamentar de agosto de 2016.

2 - Com o resultado da disputa político-eleitoral de 2018, abre-se, desde 1985, um novo período político, marcado pelo ineditismo da ascensão de uma força de extrema-direita à presidência da República. Um governo determinado a realizar, a ferro e fogo, uma agenda ultraliberal, neocolonial e anticivilizacional. Tal feito representa uma derrota política, ideológica e estratégica para o conjunto das forças progressistas, patrióticas e democráticas, em especial as forças da esquerda política e social.

3 - A eleição de Bolsonaro é resultante de múltiplas causas. Foi respaldada pelo imperialismo estadunidense e faz parte, como se explicitará adiante, de um fenômeno mundial. No âmbito interno, deriva de uma frente constituída pela ampla maioria das classes dominantes, pelos monopólios econômicos e financeiros, e por um arranjo político que coesionou a direita com setores do centro do espectro político nacional. Sua campanha milionária mobilizou recursos materiais, ideológicos e midiáticos, fazendo intensa “guerra digital”. A massiva distribuição de fake news criou factoides e tirou do centro do debate eleitoral as propostas e os projetos para o Brasil, manipulando a opinião pública e o eleitorado. Eleitorado que, por longo período, foi alvo de intensa campanha midiática que demonizou a política como um todo e desmoralizou sobretudo a esquerda com o estigma da corrupção. Foi, portanto, vitoriosa a tática – adotada em vários países – de golpes de novo tipo, ditos “brandos”, que abarcam a conquista da hegemonia cultural e ideológica.

4 – Teve ainda importante destaque no desfecho da disputa eleitoral a participação ativa – e partidarizada – de expoentes do Poder Judiciário e do aparato policial que, a partir da operação Lava Jato, têm interferido intensamente nos rumos da política nacional.

5 - Entretanto, apesar da derrota, na reta final da disputa eleitoral formou-se em torno da chapa Fernando Haddad, Manuela D’Ávila um amplo movimento cívico e democrático contra a candidatura de Bolsonaro que obteve 47 milhões de votos.

Não se trata de um fenômeno isolado

6 - A ascensão ao poder como a de Bolsonaro não é um fato isolado, é a expressão brasileira desse fenômeno maior do crescimento de forças de ultradireita ao redor do mundo. Este fato se desenvolve em um complexo e intrincado quadro de transformações do cenário internacional, onde a crise do liberalismo e a questão nacional emergem com força.

7 - Deste quadro se sobressaem a continuidade da crise capitalista, as transformações no

processo produtivo com a chamada 4ª revolução tecnológica e uma luta intensa em torno do reordenamento do sistema internacional.

8 - O velho liberalismo político e econômico se encontra em crise. O modelo de globalização neoliberal, regido pelo prisma da financeirização, as medidas de austeridade implantadas como resposta à crise do capitalismo, somadas às transformações produtivas decorrentes das inovações tecnológicas, têm ampliado o fosso entre o capital e o trabalho, produzindo a retirada de direitos e a desvalorização do trabalho, e gerado uma enorme massa de desempregados.

9 - Em busca de saídas para enfrentar a crise e o descarte da massa crescente dos deserdados – tidos como “imprestáveis” ao capital nesta atual etapa –, as classes dominantes se encontram divididas. De um lado, os que querem enfrentar a situação mantendo os fundamentos do liberalismo político, ainda que enfraquecidos pela incompatibilidade crescente entre neoliberalismo e democracia. De outro, o robusto número de países, onde forças da extrema-direita já exercem o poder, ou parcela dele, revelando que frações relevantes das classes dominantes aderiram ao extremismo de direita. Há, ainda, outro polo que apresenta como perspectiva para o enfrentamento do atual quadro de crise da globalização liberal o fortalecimento de seus projetos nacionais autônomos, como China e Rússia, e coloca no centro a luta pelo desenvolvimento soberano e compartilhado e a defesa da paz.

10 - É neste contexto de disputa em torno do reordenamento do cenário internacional que as potências imperialistas se movimentam para conter a emergência de novos polos de poder. E, dentro dessa chave, pode-se compreender a chamada guerra comercial deflagrada pelos EUA contra a China.

11 - De igual modo, é o que se observa com a adesão de parcelas significativas das classes dominantes brasileiras ao projeto de Bolsonaro. Para elas, se impõe a necessidade de um governo autoritário para tornar realidade seu programa ultraliberal e neocolonial. Nesta mesma ótica, somente um governo deste naipe seria capaz de produzir um novo alinhamento do Brasil aos interesses dos Estados Unidos na arena internacional, contribuindo para conter o processo de transição em curso.

12 - A moldura internacional que contribuiu para a vitória de Bolsonaro se completa com um contexto regional, no qual a América Latina se transformou em um laboratório de experimento do imperialismo, do uso do poder Judiciário com fins políticos, com vistas a conter processos políticos direcionados a promover a democracia, o desenvolvimento soberano e os direitos sociais.

O caráter do governo Bolsonaro

13 - A eleição de Bolsonaro instaura um novo ciclo político no país. E os traços iniciais de sua gestão comprovam que seu governo é de caráter autoritário na política, ultraliberal na economia, retrógrado nos costumes e com forte viés neocolonialista.

14 – Trata - se de uma aliança entre reacionários, conservadores e liberais de direita, corporações do Estado que, sob a égide direta dos setores rentistas, buscam consolidar a nova ordem política, econômica e social, para alterar o regime político democrático garantido pela Constituição.

15 - Tal aliança possui raízes na história política brasileira e soube construir a vitória de Bolsonaro a partir do golpe jurídico-parlamentar de agosto de 2016. Empreendeu um trabalho sistemático, de fôlego, de caráter ideológico-político-cultural. As forças progressistas não perceberam, ou menosprezaram, esse trabalho que resultou na vitória do que se convencionou chamar de “nova direita”, que nada mais é do que a extrema-direita.

16 - O discurso desta nova direita expressa a exacerbação de um falso nacionalismo, de um engodo de que o corte de direitos é capaz de alavancar o desenvolvimento, e de um moralismo com traços inquisitoriais, e faz da intolerância e do ódio contra a esquerda, contra a população LGBT e contra os negros uma de suas marcas. Dissemina o obscurantismo cultural e a intolerância religiosa, manipula a religiosidade do povo, exalta a negação da política e o individual sobre o social.

17 - O discurso e o programa de Bolsonaro são marcados por uma ação corrosiva, destrutiva até de conquistas civilizatórias, como o elenco de direitos sociais, o conjunto de políticas públicas e as instituições focadas nos direitos e no bem-estar do povo que o país constrói desde a década de 1930. Um governo que se volta contra os fatores positivos e potencialidades de um país que, pelo seu gigante território, abundante riqueza e laborioso e criativo povo, poderia se encaminhar a um novo patamar de sua construção como nação soberana, desenvolvida e democrática. Pela sua agenda e o seu caráter, o governo se apresenta como uma ameaça real para desestabilizar a nação, enfraquecer sua capacidade de produção, empobrecer e dividir o povo, aumentar o desemprego e o trabalho precário, os conflitos e a desesperança.

As primeiras ações do governo Bolsonaro confirmam seu caráter

18 - Mesmo com desencontros e improvisações, o caráter autoritário, antipovo e entreguista do governo Bolsonaro se expressa nas primeiras iniciativas adotadas pelo presidente e os principais núcleos do governo. Apesar da força que preserva, em menos de oito meses, já há evidências de perda de prestígio do presidente, seja pelos números das pesquisas de opinião, seja pelo humor das ruas, como veio à tona no Carnaval, em 8 de março, 22 de março, 1 de maio, 15 de maio, 30 de maio, greve geral de 12 de junho e 13 de agosto marcados por manifestações de protesto e rechaço a Bolsonaro.

19 - A determinação de aumentar ainda mais a exploração da classe trabalhadora e de cortar os direitos do povo, está patente não só na reforma da Previdência, mas no fim do Ministério do Trabalho, no reajuste menor do salário-mínimo. Ao mesmo tempo, o governo atua para debilitar a capacidade de mobilização e resistência dos (as) trabalhadores(as), apertando o cerco para estrangular as finanças dos sindicatos, com a Medida Provisória 873/2019 e a proposta de fim da unicidade sindical.

20 - A política externa do governo Bolsonaro realiza uma profunda reorientação diplomática do Itamaraty, levando o país a se afastar de diretrizes como a não ingerência em assuntos internos, a autodeterminação e a busca da solução mediada dos conflitos; preceitos caros à tradição diplomática brasileira. Essa nova orientação visa a estabelecer um alinhamento automático do Brasil com as ações dos EUA, distanciando-o do movimento de desconcentração de poder na arena internacional. São expressões práticas disto o envolvimento ativo do Brasil na desestabilização do governo da Venezuela e a promessa de mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém – ambas com graves repercussões geopolíticas para o país.

21 - É muito danoso na agenda do novo governo o descompromisso com a exigência de reindustrialização do país; ao contrário, a desindustrialização já está sendo aprofundada com danos irreversíveis aos interesses nacionais. Mesmo com apoio ao governo, o empresariado industrial se viu desatendido por completo nessa agenda, expressando a completa dominância rentista e fiscalista de Paulo Guedes no comando da Economia.

União de amplas forças tendo a democracia como bandeira central

22 - A nova tática deve emanar da nova realidade imposta pelo resultado das eleições de 2018. Diante do vasto reagrupamento das forças reacionárias no país, a questão principal é a união de amplas forças políticas, sociais, econômicas e culturais, do campo democrático, patriótico e popular, para se opor ao governo Bolsonaro, impor derrotas e reveses à sua agenda. É no caminhar de uma ativa resistência nas ruas, no parlamento, na luta de ideias, que se reverterá as atuais adversidades, acumulando forças e descortinando perspectivas de vitórias vindouras.

23 - Deve reger a constituição dessa frente a união de todas as forças possíveis de serem unidas, com o objetivo de isolar e derrotar o governo da extrema-direita. Essa é a tática geral da luta atual.

24 - O objetivo estratégico de derrotar a hegemonia política dessas forças reacionárias, e conquistar a hegemonia das forças democráticas, populares e progressistas, se encontra, diante dessa nova realidade, num horizonte distante. Dessa análise se conclui que o campo da nação e da classe trabalhadora se encontra num período de defensiva estratégica.

25 - Essa nova tática tem como foco emergencial: a defesa da democracia ameaçada. Isto decorre das ameaças explícitas à liberdade política e às liberdades aos aspectos básicos do Estado Democrático de Direito, por ação de um governo com ímpeto saliente de autoritarismo e tendência fascizante. O fato de o Estado Democrático de Direito ter sido mutilado por inúmeras violações abre caminho e expõe o país a um grave risco: a mudança do regime político democrático instituído pela Constituição de 1988.

26 - A pressão popular, a luta política nas ruas, será um elemento de grande relevância. Outra tarefa de grande importância é conseguir, a partir do diálogo, construir convergência com entidades de representação, como a OAB, setores da igreja católica e de outras religiões, juristas, acadêmicos, artistas, em torno da defesa da democracia, do Estado de direito e das conquistas históricas do nosso povo. A Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo e o Fórum das Centrais Sindicais, entre outras articulações, atuam no campo da frente oposicionista com sua autonomia e bandeiras – buscando sempre, é claro, convergências que resultem em massivas mobilizações respaldadas por amplas forças. Sempre que amplas coalizões políticas e sociais ganharam as ruas, o Brasil e sua gente saíram vencedores.

O Brasil e o sindicalismo

27 - A exemplo de outros períodos de crise do capitalismo, a saída conservadora tem sido apelar para uma agenda de extrema-direita, para recompor as taxas de lucro, reduzir o custo da força do trabalho, restringir os gastos públicos, debilitar os estados nacionais e limitar os espaços democráticos.

28 - No Brasil, os ataques aos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais avançaram a partir do governo Temer (2016-2018). Dentre as medidas regressivas do governo golpista, destacam-se a aprovação da terceirização irrestrita (inclusive nas atividades-fim); o estabelecimento de um teto para os gastos não financeiros, inviabilizando investimentos em educação e saúde e congelando salários do funcionalismo público; e a aprovação da reforma trabalhista e sindical. O governo Temer não conseguiu, porém, mexer na Previdência, devido à grande mobilização, com destaque para a greve geral de 28 de abril de 2017.

29 - As medidas aprovadas aprofundam a política de precarização do trabalho no Brasil, com destaque para a terceirização. Com as reformas trabalhista e sindical, o governo persegue quatro objetivos essenciais: retirar direitos dos trabalhadores(as), aumentar a exploração do trabalho, debilitar os sindicatos e limitar a ação da Justiça do Trabalho.

30 - Para mascarar esses objetivos, o governo proclama a falaciosa tese de prevalência do negociado sobre o legislado, uma forma sorrateira de liquidar com direitos consagrados nas leis trabalhistas do País.

31- As mudanças na legislação trabalhista são acompanhadas da tentativa do enfraquecimento dos sindicatos: rebaixar seu papel de negociação e reduzir sua sustentação material. O fim da contribuição sindical compulsória afetou duramente a situação financeira do movimento sindical.

32 - Para completar o desmonte e dar segurança jurídica para o aumento da exploração patronal, a Justiça do Trabalho é cerceada em sua atuação. Advogando o chamado princípio de intervenção mínima da Justiça nos conflitos trabalhistas, a reforma cria multas e outras penalidades para a classe trabalhadora. A reforma trabalhista foi cruel, principalmente, com as mulheres, que não foram respeitadas sequer no período de gravidez e lactação, sendo expostas em trabalho insalubre

e com periculosidade.

33 - Com o governo Bolsonaro, essa política contra a classe trabalhadora continua e é radicalizada, as medidas iniciais do novo governo comprovam isso: acaba com o Ministério do Trabalho e renova as ameaças de pôr fim à Justiça do Trabalho. No seu programa, consta também o fim da unicidade sindical, proposta esta já anunciada.

34 - Coerente com sua agenda contra o trabalho e a favor do capital, na véspera do Carnaval Bolsonaro envia ao Congresso a Medida Provisória 873/2019, que liquida de vez com a contribuição sindical e outras formas de financiamento aprovadas com autonomia pelos sindicatos em assembleias soberanas.

35 - Para completar as maldades, está em curso a criação da chamada carteira de trabalho “verde e amarela”, tentativa de oficializar o trabalho precário no Brasil. Com essa carteira, o trabalhador e a trabalhadora são coagidos a renunciar aos direitos mínimos assegurados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), abrir mão de acordos ou convenções coletivas com participação sindical e fica sem direito a recorrer à Justiça do Trabalho. Para reaver créditos trabalhistas, o trabalhador(a) terá de representar junto à Justiça comum.

36 - Com isso, há um grande avanço e a institucionalização da precarização do trabalho, agravada com a continuidade do desemprego, do subemprego, da alta rotatividade, da terceirização e de novas modalidades de relações do trabalho, como o contrato intermitente, provisório, etc.

37 - Tudo isso ocorre simultaneamente às aceleradas inovações tecnológicas, a denominada 4ª Revolução Industrial, na qual há grande substituição do trabalho humano por robôs e máquinas inteligentes, com destruição de empregos em proporção muito maior do que a criação de profissões.

38 - Nessa matéria, é necessário lembrar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao completar cem anos, em 2019, põe, como prioridade de sua agenda, a discussão do futuro do trabalho em face das mudanças tecnológicas. A Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra) também tem estudado o tema e recentemente apresentou um anteprojeto de lei para proteger o emprego em face da automação.

O que fazer:

39 - Propor às Centrais Sindicais a formalização de uma Mesa Permanente em defesa da democracia, dos direitos da classe trabalhadora e do fortalecimento das entidades sindicais, com coordenação rotativa, composta pelos presidentes(as), secretários(as) gerais, secretárias das Mulheres e do Dieese. Avançar no caminho da unidade do movimento sindical com a realização de uma nova Conclat.

40 - Lutar em defesa do emprego, do crescimento econômico, do retorno do Ministério do Trabalho, da manutenção da Justiça do Trabalho e de outras instituições ligadas ao Direito do Trabalho. Defender uma nova política de valorização do salário mínimo e assegurar sua vinculação aos reajustes da aposentadoria e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Combater a proposta de carteira de trabalho verde-amarela e a todas as formas de precarização do trabalho;

41 - Defender o respeito ao artigo 8º da Constituição (fixação em assembleia geral da contribuição descontada em folha de pagamento, liberdade e autonomia sindical, contribuição sindical compulsória, unicidade, etc.). Articular o sindicalismo com outras frentes e movimentos de luta (juventude, mulheres, comunitários e suas entidades).

ASSINAM:

Mariane Bernardo Feltrim - Educação; André Luis A. Justino - Saúde; Sidnei B. De Souza (Nanico) - Saúde; Marli Magda Muller - Educação; Sílvia H. Miollo Borgmann - Saúde; Marilu Costa dos Santos - Educação; Werner Rodrigues Franco - Saúde.

EM DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSES E DA UNIDADE DOS TRABALHADORES CONTRA OS GOVERNOS CAPITALISTAS

I. O Capitalismo Leva o Mundo à Barbárie

O capitalismo, do início aos dias atuais, é voltado para o lucro e não para as necessidades humanas. O objetivo primeiro e último do capitalismo é o lucro. Esse é um dos motivos pelo qual ele deve ser destruído. O lucro exige superproduções que ao não serem absorvidas levam à crise; ou seja, as crises capitalistas são geradas por sua própria lógica econômica. A crise atual iniciada em 2007/2008 inaugurou um processo recessivo internacional que até agora não deu sinais de recuperação. Não houve aumento significativo de investimentos que permitissem a retomada da acumulação de capital aos patamares anteriores a 2007. As perspectivas em 2019 são de desaceleração e recessão global. Apesar dos diferentes ritmos e da desigualdade entre os países, a crise atinge a todos.

1. Reflexos Econômicos: As previsões do Banco Mundial e FMI indicam que a economia global desacelerará 2,9% em 2019. A “guerra comercial” entre EUA e China agrava a crise. O protecionismo defendido por Donald Trump além de não ser solução tem gerado mais crise mesmo nos EUA. O resultado desta “guerra comercial” não garante investimentos na América Latina ou no Brasil. A América Latina com a desvalorização das commodities (agricultura, pecuária, petróleo e minérios) vive um baixo crescimento, quase estagnação.

2. Reflexos Sociais: A crise social, o aumento da desigualdade, o desemprego, os refugiados, os imigrantes, a pobreza e a exploração dos trabalhadores produzem acirramentos na luta de classes, a possibilidade de ascenso de massas, de abertura de situações pré-revolucionárias e revolucionárias em países imperialistas e semicoloniais.

3. Reflexos Políticos: É global a crise das democracias representativas e da social democracia que em tempos de crise não tem reformas a oferecer. O neo-reformismo não tem um projeto diferente. A extrema direita tem crescido como produto da crise e do fracasso das alianças eleitoreiras entre esquerda e direita. Onde governa, a extrema direita tem enfrentado mobilizações e desgaste como aconteceu na Polônia e com Donald Trump nas eleições legislativas dos EUA. Na Hungria os trabalhadores e os movimentos sociais têm ido às ruas contra o governo de Viktor Orbán. A polarização internacional da luta de classes abre, também, espaço à esquerda para a radicalização das lutas e para posições revolucionárias. A maioria da esquerda no Brasil diz haver uma onda conservadora no mundo. Dizemos que não, os governos de direita que assumem o poder, principalmente na América Latina, são consequências da traição dos governos de Frente Popular: Progressivos somente para os capitalistas. Os trabalhadores lutam mais do que nunca em todo mundo, contra governos de direita e os ditos de “esquerda”.

4. A Falência dos Governos de Frente Popular – Na virada do século XX para o XXI o Neoliberalismo entrou em colapso. Na América Latina são eleitos governos de Frente Popular e nacionalistas: Tabaré Vazquez (Uruguai), Nestor Kirchner (Argentina), Lula/Dilma (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Michele Bachelet (Chile), Rafael Correa (Equador), Hugo Chavez (Venezuela), Fernando Lugo (Paraguai), Daniel Ortega (Nicarágua) e Mauricio Funes (El Salvador). Todos tinham em suas alianças eleitoreiras mais do que “a sombra da burguesia”, como dizia Trotsky, mas a própria burguesia. A valorização das commodities os deu alento, mas a desvalorização desses produtos e a crise de 2007/2008 revelaram sua verdadeira natureza: Governos burgueses disfarçados. Na teoria

se diziam oposição ao Neoliberalismo, mas na prática o continuaram e o aprofundaram. A classe trabalhadora, contra suas direções entrou em luta contra eles. Não é possível governar para todos, no capitalismo. Todas as alianças eleitoreiras entre a esquerda, a direita e os empresários produziram, para os trabalhadores, um único resultado: Traição. Esse é o pano de fundo do que ocorre na América Latina, cujos casos mais emblemáticos são a Nicarágua e, principalmente, a Venezuela.

5. Chavismo: Da Farsa do Socialismo do Século XXI à Ditadura – A situação da Venezuela é um dos temas principais da política mundial. O colapso de sua economia gerou uma catástrofe social e a ruptura das massas com o governo e o regime. Donald Trump quer forçar a renúncia imediata de Nicolas Maduro. Não é um debate novo, originou-se no próprio chavismo.

6. O Que Significou o Chavismo? O chavismo teve enfrentamentos com o imperialismo que tentou derrubá-lo em 2002, mas adotou medidas que não mudaram o modelo capitalista de acumulação e exploração dos trabalhadores. As estatizações, por exemplo, não foram expropriações, mas indenizações. Até 2014 as receitas do petróleo garantiam ao chavismo “bons negócios para todos”: Para o imperialismo e para a oposição burguesa. A queda no preço do petróleo implodiu esse modelo. Não foi algo inesperado, além da queda no preço, a produção venezuelana de petróleo diminuía já no governo Chavez. O déficit público e a inflação aumentaram geometricamente, em 2018 a inflação variou entre 1.300.000% e 1.700.000%. Em 2019 está estimada em 10.000.000%.

7. A Vida dos Venezuelanos Virou um Inferno – O colapso da economia, o desabastecimento de produtos de necessidade primária, remédios e o racionamento de energia elétrica transformaram a vida do povo venezuelano num inferno. Comer, tomar banho ou conseguir remédios virou uma guerra. A emigração maciça é o símbolo maior dessa tragédia, nos três últimos anos quase 3 milhões de venezuelanos deixaram o país.

8. O Fator Trump – Com o governo Trump ocorre uma mudança na política do imperialismo norte-americano: Barak Obama pressionava por uma saída negociada de Maduro e um futuro calendário eleitoral; Trump força sua renúncia imediata e reconhece Juan Guaidó como governo. Essa política opera em três planos. 1. Aprofundar a asfixia financeira do governo Maduro. 2. Auto-proclamação de Guaidó e seu reconhecimento diplomático. 3. Fraturar as Forças Armadas principal base de sustentação do governo Maduro. Tudo o que o imperialismo não quer é uma explosão social do tipo Caracazo (1989) que derrube Maduro por um processo revolucionário.

9. Por Uma Política Revolucionária – A maioria da esquerda mundial analisa a situação da Venezuela basicamente sob a ótica da interferência imperialista, daí vem seu apoio ao governo Maduro, mas o principal mecanismo de dominação imperialista na Venezuela, a dívida externa, continua sendo paga por Maduro. Há dois campos burgueses contra-revolucionários e inimigos dos trabalhadores venezuelanos: 1. O governo Maduro e o regime chavista. 2. Guaidó e o imperialismo. O campo dos trabalhadores é incipiente e minoritário, por responsabilidade direta do chavismo. Fora Maduro e Guaidó. Fora a interferência imperialista na Venezuela. Não pagamento da dívida externa. Expropriação das multinacionais petrolíferas. Ajuda (alimentos e remédios) dos trabalhadores de todo o mundo aos trabalhadores venezuelanos. Por um governo dos trabalhadores. Pelo controle dos trabalhadores de toda a economia venezuelana.

II. Brasil: A Longa Decadência Capitalista

Ruptura de barragens, desabamento de pontes, edifícios e viadutos; desemprego recorde, mortes nas filas dos hospitais públicos, corte nas verbas das universidades paralisando as pesquisas; insegurança pública, chacinas e enchentes que matam e mostram o caos da infra-estrutura urbana. São símbolos da histórica subordinação da classe dominante brasileira ao imperialismo. A participação do Brasil na indústria mundial retrocede e a exportação da agroindústria se acelera. As multinacionais que puxavam o investimento na indústria nacional se deslocaram para a Ásia, as que ficaram impõem a importação de insumos para produzir e usam tecnologia que substitui os trabalhadores por máquinas. O capital financeiro internacional impôs ao Brasil ser

exportador de commodities. FHC, Lula e Dilma não somente aceitaram essa imposição como a impulsionaram, aumentando a subordinação e a dependência do país. Quando o preço das commodities era alto parecia que o país se desenvolvia. Puro engano. Com queda de seus preços e a crise da economia mundial o Brasil entrou numa recessão da qual não saiu até agora. Vivemos a crise do regime democrático burguês, o esgotamento da Nova República, da Constituição de 1988 e do pacto federativo. A crise faz com que diminua a capacidade de investimento, o orçamento não permite sequer o funcionamento adequado da União, dos estados e municípios.

1. O Lucro Acima de Tudo e o Capitalismo Acima de Todos: O Governo Bolsonaro – Bolsonaro é o novo lambe botas do imperialismo no Brasil. Foi eleito com o voto “contra tudo o que está aí” pela maioria da pequena burguesia, por amplo setor popular e pela maioria da classe operária do sudeste e sul com um voto de castigo no PT. É um governo de extrema direita fruto da crise, da divisão da burguesia, da indignação da pequena burguesia, da polarização da luta de classes e do fracasso dos governos capitalistas e reformistas do PT/PC do B. Bolsonaro não estava nos planos da burguesia, foi improvisado. Sobe no vácuo da desorganização e da falta de uma alternativa revolucionária de massas do proletariado após 14 anos da aliança PT/PC do B/empresários (materializada nas coligações com o MDB, DEM, PSD, PP, PR, PSB, PDT e PSDB). Ao contrário de outros países da América Latina, no Brasil houve um pacto negociado entre direita e esquerda na transição da ditadura para a democracia burguesa. O desastre econômico, as torturas, os desaparecidos, os mortos, a repressão e o autoritarismo do regime militar foram varridos, pelo pacto, para baixo do tapete. A eleição de Bolsonaro é o preço desse pacto.

2. A Conta da Crise – Bolsonaro vem para cobrar a conta da crise capitalista dos trabalhadores. Seu projeto econômico aprofundará a subordinação do Brasil ao imperialismo. Dois exemplos: 1. Dilma vendeu os campos de Libra e o pré-sal. Bolsonaro prepara a entrega das refinarias e a diminuição da produção de combustíveis para que sejam importados dos EUA. 2. FHC aumentou o tempo para a aposentadoria com a EC N.º 20/1998, Lula aumentou ainda mais o tempo e acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos com a EC N.º 41/2003. Bolsonaro quer tirar a previdência da Constituição, aumentar ainda mais o tempo para a aposentadoria, diminuir o valor dos benefícios e aprovar a capitalização.

3. Traição – Vergonhoso escândalo para os que lutam contra a reforma da previdência é a traição dos governadores do PT – Rui Costa (Bahia), Wellington Dias (Piauí), Camilo Santana (Ceará) e do PC do B – Flávio Dino (Maranhão). Justamente na semana em que os trabalhadores prepararam a Greve Geral para derrotar a reforma de Bolsonaro, os governadores do PT e do PC do B saíram a público para apoiar a reforma. É um indício de que aplicarão a reforma nos estados onde governam. Querer administrar o capitalismo leva a isso: Traição aos trabalhadores.

4. Fragilidade e Instabilidade – Trotsky criticava o stalinismo ao chamar todo governo com traços autoritários de fascista. É um erro definir o governo Bolsonaro como fascista. Fascismo é um regime de terror que se apóia em um amplo setor armado da pequena burguesia por fora da institucionalidade para destruir, com métodos de guerra civil, a classe operária e suas organizações. Bolsonaro se apoia em ilusões e não na derrota da classe. A classe trabalhadora não está derrotada. Bolsonaro foi eleito por 1/3 dos eleitores, 1/3 votou nos demais candidatos e 1/3 votou branco, nulo ou se absteve, ou seja, Bolsonaro representa a minoria. Os setores da classe média que se alinharam a ele são oscilantes e a burguesia segue dividida. O Discurso de “fascismo”, “estado de exceção” ou “ditadura de novo tipo” da maioria da esquerda é uma justificativa para criar frentes amplas, incluindo a direita, visando às eleições de 2020 e 2022. Somente é possível derrotar os ataques do governo Bolsonaro nas ruas com mobilizações e Greves Gerais.

III. É Preciso Romper Com a CUT

A CUT está traindo a luta contra a Reforma da Previdência, mais uma vez, ao se recusar a chamar a Greve Geral. Por que as direções do SINTRASEM que reivindicam a CUT têm medo de deixar

a categoria decidir se quer ou não que o SINTRASEM permaneça filiado a CUT? Por que tratam essa questão como uma cláusula pétrea? Uma decisão tomada pela categoria não pode ser mais revista ou modificada? A realidade é imutável? Nossa opinião é que a realidade é dialética, muda constantemente, portanto tudo o que não funciona deve ser revisto e modificado. Para Marx, Lenin, Rosa, Trotsky, Gramsci, IIIª Internacional (quatro primeiros congressos) e IVª Internacional a lealdade incondicional a uma central sindical é um mito. Para os marxistas todas as organizações são transitórias e devem ser defendidas somente enquanto forem úteis para a luta. O imobilismo da CUT durante os 8 anos de FHC, os 8 de Lula e os 6 de Dilma nos dão a certeza de que é preciso mudar. Esses governos atacaram duramente os trabalhadores, mas a resposta, na luta, por parte da CUT não aconteceu. Para nós é no terreno da luta de classes que os trabalhadores poderão reverter o que a crise do capitalismo tem lhes tirado em direitos e conquistas. Para isso não cabem direções reformistas que acreditam ser possível administrar o capitalismo, assim como faz a CUT. Uma parte da esquerda, há mais de 30 anos, insiste em dizer que o problema da CUT é sua direção, ou seja, mudando a direção é possível colocar a CUT no caminho da luta. Se fosse assim a CUT não precisaria ser fundada, disputar-se-ia na base contra as direções pelegas da época e a questão estaria resolvida. O problema da CUT é certamente bem maior. A “esquerda da CUT” tem na prática, mesmo involuntariamente, legitimado as posições reformistas da maioria esmagadora da direção da CUT e do PT. É preciso romper com o reformismo da CUT. A categoria deve decidir mediante um amplo e profundo debate em toda a base. Em vários Congressos do SINTRASEM os cutistas foram contra fazer essa discussão. O IXº Congresso aprovou iniciar a discussão, mas a direção anterior e a atual não encaminharam essa decisão.

IV. Negros e Negras: Democracia Racial um Mito Mantido a Ferro e Fogo

Há décadas o movimento negro luta para desmistificar a idéia de que no Brasil existe democracia racial. Com a chegada do PT ao poder em 2002 a maioria das organizações, sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos e também do movimento negro foi cooptada. Contrariando reivindicações históricas do movimento negro, o PT abandonou a retórica de combate ao racismo para vender a ilusão de que a igualdade racial seria possível num país de capitalismo periférico com políticas neoliberais. Em 2004 o governo Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), uma exigência do imperialismo para a “segurança” dos Jogos Pan-Americanos, da Copa do Mundo e da Olimpíada. No ano de criação da FNSP o governo Lula liderou a invasão militar ao Haiti, além de mais seis países na África: Saara Ocidental, Libéria, Costa do Marfim, Sudão, Sudão do Sul e República democrática do Congo. A invasão criminosa do Haiti foi moeda de troca com George Bush para tentar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU e serviu para treinar o Exército a reprimir o povo negro das favelas e periferias resultando em um verdadeiro genocídio. A vítima mais recente é o músico Evaldo Rosa cujo carro foi fuzilado com mais de 80 tiros.

V. Mulheres: O Gênero Nos Une e a Classe Social Nos Divide

Como afirma a feminista Florence Oppen e como defendia a revolucionária Clara Zetkin: Unir a luta contra a opressão com a luta contra a exploração é fundamental, sem isto a luta das mulheres estaria num beco sem saída. A construção de movimentos policlassistas gerou o mito de que a libertação da mulher é algo alheio à luta de classes, competindo ao movimento feminista realizá-la. A maioria da esquerda mundial deixa para um “futuro socialista” a incorporação das reivindicações mais urgentes que afetam a maioria das mulheres. O marxismo parte do pressuposto que as relações de opressão não existem em estado puro na sociedade, mas estão sempre

combinadas com as de exploração. Reafirmando Clara Zetkin: “A emancipação humana integral de todas as mulheres depende, portanto da emancipação social do trabalho, o que só pode ser realizado pela luta de classes contra a exploração”.

VI. LGBT's: 50 Anos da Revolta de Stonewall

Em 1969 os atos homossexuais eram crime em quase todos os EUA. No dia 28 de junho de 1969 os homossexuais que frequentavam o bar Stonewall Inn em Nova Iorque, cansados da repressão constante, partiram para o confronto com a polícia e tomaram as ruas por quatro dias. As paradas gays não podem ser eventos de mercado têm que ser de luta contra o autoritarismo de Bolsonaro que defende a surra como “cura gay”. O manifesto do Gay Liberation Front (Frente de Libertação Gay) continua atual: “...Estamos criando novas formas de relações sociais, isto é, relações de irmandade, cooperação, amor humano e sexualidade desinibida, Babylon (o capital) nos forçou a nos comprometermos com uma coisa... a revolução”.

VII. Pelo Fim do Genocídio Indígena

Em meio ao discurso de Bolsonaro contra indígenas, garimpeiros invadem o território Wajãpi e assassinam o chefe Emyra Waiãpi. A violência contra indígenas por parte de Bolsonaro tem como pano de fundo o seu apoio incondicional ao agronegócio, aos latifundiários, a grilagem e a privatização das terras que no Brasil tem avançado rapidamente de FHC a Bolsonaro. “Os discursos de ódio e agressão do presidente Bolsonaro servem de combustível e estimulam a invasão, o esbulho territorial e as ações violentas contra os povos indígenas”, denuncia a nota do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

VIII. Plano de Lutas

1. Gerais: Por um governo socialista dos trabalhadores; Não pagamento da dívida pública (externa e interna); Ruptura do Brasil com o FMI, BID e BIRD; Fim da remessa de lucros das multinacionais; Fim dos subsídios e isenção de impostos às empresas nacionais e multinacionais; Reestatização de todas as empresas e riquezas privatizadas por FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro; Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Revogação das Reformas da Previdência de FHC, Lula e Bolsonaro; Construir a Greve Geral; Cobrar todas as empresas e bancos que devem ao INSS; Defesa do INSS e SUS; Revogação da Reforma Trabalhista e das terceirizações; Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores; 10% do PIB para a educação e 15% para a saúde; Emprego e salário dignos para todos; Garantir estrutura jurídica para os casos de racismo, machismo e LGBTfobia que ocorram na categoria; Que a LGBTfobia seja considerada crime; Pela demarcação de terras e pela imediata apuração e punição dos crimes contra os povos indígenas;

2. Magistério: Fim do livro ponto; Fim do diário on line; Correção financeira das tabelas salariais, incluir novas letras (tempo de serviço), incluir as tabelas de Ensino Médio e Licenciatura Curta; 43,75% de hora atividade em tempo para todos; Uma reunião pedagógica por mês; Auxílio Alimentação correspondente a 30 dias; Pagamento das promoções atrasadas; Cotas para negros e negras nos concursos de efetivação e substituição;

3. Civil: Aplicação integral do PCCV; eleição direta para coordenadores/as; Auxílio Alimentação correspondente a 30 dias; Passagem das Auxiliares de Sala para o Magistério; Concurso público e fim das terceirizações; Pagamento das promoções atrasadas; Concurso de remoção; Cotas para negros e negras nos concursos de efetivação e contratos temporários;

4. COMCAP: Dobrar o orçamento investido anualmente; Corrigir os percentuais da Carga Horária de Trabalho (ACT, Cláusula 44^a, § 2º); Garantir os mesmos direitos dos Celetistas aos Estatutários concursados; Renovação da frota da coleta e dos equipamentos para operacionais a cada 3 (três) anos; Cotas para negros e negras nos concursos de efetivação e temporários; Garantir que dívidas trabalhistas com os trabalhadores não se transformem em precatórios; Cobrar da PMF a implantação da Lei N.º 12.305/2010 (resíduos sólidos);

5. Organização Sindical: Encaminhar a Resolução sobre as centrais sindicais (abrir o debate) aprovada no IXº Congresso.

6. Patrimônio e Finanças do SINTRASEM: Encaminhar o estudo sobre o percentual de desconto sindical único para a PMF e a COMCAP aprovado no IXº Congresso.

ASSINAM PELA CSP-CONLUTAS: Carlos Bruno, Carlos Müller, Diogo Leal, Roque Pegoraro. Independentes: Luciana Prado, Jaqueline Rutkosky, Valmor Fraga, Silvia Rodrigues, Thiago Borges, Ilana Blat, Juliana Pereira, Maristela da Costa Caetano, Adriana Farias Pereira, Marcos Francisco da Silva, Paulo Roberto Ricardo, Maria Salete Custódio, Jeferson de Oliveira, Tiago Linhares, Vinícius Aurélio Fernandes, Janaína Aparecida Sabbi e Rosinete Pereira Martins.

CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE CLASSISTA E INDEPENDENTES PARA O X CONGRESSO DO SINTRASEM

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A partir de 1970 a crise no capitalismo tem sido estrutural, com caráter universal. Apresenta-se de forma extensa sem possibilidades de solução dentro da ordem. É necessário esclarecer que crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capitalismo, afetando a sociedade em todas as suas dimensões: política, social, econômica etc. Em 2008 com a crise imobiliária nos Estados Unidos, pudemos observar mais claramente essa dinâmica capitalista que no atual momento vive sob a regência do capital financeiro.

2. A crise do capitalismo tem origem nos países centrais reverberando nos países periféricos, agravando a crise social, política e econômica em todas partes do mundo. Na Venezuela, as investidas do imperialismo, através do criminoso bloqueio econômico imposto com sanções e confisco de recursos e mercadorias essenciais, tem aprofundado a crise para justificar a intervenção militar no país e legitimar o golpe. O que está em disputa são as grandes reservas de petróleo do país. Enquanto isso, na Argentina, a receita econômica dos Organismos Multilaterais de venda do patrimônio público, retirada de direitos trabalhistas, mercantilização de serviços essenciais, levou a uma inflação de mais de 50% no último ano, mergulhando o país no caos.

3. As investidas do capitalismo encontram resistência da classe trabalhadora em diversas partes do mundo, que apresenta avanços e recuos na sua forma de organização. Na França, apesar do movimento dos coletes amarelos conseguir aglutinar a classe trabalhadora, as conquistas não avançaram devido a um espontaneísmo do movimento. Na Grécia, laboratório europeu das políticas de austeridade impostas pela Alemanha e organismos do capital financeiro mundial, os trabalhadores organizados em torno da PAME (Central Sindical) e do KKE (Partido Comunista da Grécia) demonstram que uma maior organização da classe trabalhadora é capaz de resistir as políticas econômicas que atacam os direitos de greve, trabalhistas e previdenciários com massivas greves gerais e unificadas.

4. Outra expressão da crise, causada pelas políticas imperialistas, é a migração. As pessoas precisam sair de seus países em buscas de melhores condições de vida, fenômeno do capital contemporâneo que força deslocamento da força de trabalho. Intensificar a retirada de direitos, aprofundar as contrarreformas, investir nas intervenções militares, desestabilizar governos, principalmente na América Latina, e destruir os Estados nacionais é por onde o imperialismo tem articulado seus processos.

CONJUTURA NACIONAL

5. O governo petista, marcado pela conciliação de classes, demonstra seu desgaste a partir de 2013, quando a crise do capital fica mais evidente no Brasil. Cresce o desemprego e o endividamento da população, gerando insatisfação das massas, evidenciada nas Jornadas de Junho do mesmo ano. Pautadas, inicialmente, na luta contra o aumento da passagem de ônibus e a repressão policial, se transformaram em gigantes manifestações em todo o país exigindo mudanças. Com a falta de direção, não demorou para que a direita tomasse os rumos do movimento, mirando seus ataques ao partido que estava no poder e a qualquer partido de esquerda que levantasse sua bandeira.

6. O PT, mesmo ganhando as eleições, em 2014, e aplicando as medidas de austeridade foi incapaz de resolver a crise. Uma fração da burguesia se articulou para retirá-lo do poder, pois não conseguia mais cumprir a sua principal função de conciliador de classes, culminando no golpe parlamentar que tirou a presidente do poder.

7. Assume Michel Temer e, em menos de dois anos, articula a aprovação de importantes Leis que modificaram a Constituição de 1988. São elas: Lei das Terceirizações; Emenda Constitucional 95, que congela gastos nas áreas sociais como saúde, educação e seguridade social por 20 anos; e a Reforma Trabalhista que flexibiliza diversos direitos.

8. Em 2018, Bolsonaro consegue ser eleito com discurso antipetista e sem esclarecer para a sociedade seu plano de governo, pautado nas questões morais que ecoam nos setores mais retrógrados da sociedade brasileira. Junto a Bolsonaro está o economista Paulo Guedes, que integrou a equipe de Pinochet, que implementou o projeto neoliberal no Chile durante a ditadura militar. Guedes, ministro da economia, defende o mesmo para o Brasil de 2019: privatizações de empresas estatais e serviços públicos, terceirizações, entrega da previdência para bancos privados, desvinculação total do orçamento constitucional, dentre outras. Se destaca o esforço para aprovar a Reforma da Previdência, o que afetará profundamente a classe trabalhadora, atingindo principalmente as mulheres tendo em vista seu acúmulo de jornada de trabalho não remunerado.

9. Além de Guedes, a base de sustentação de Bolsonaro é a bancada das igrejas neopentecostais, dos ruralistas, militares e da indústria armamentista. Desde que assumiu, vêm governando através de decretos tentando colocar em prática as pautas desses setores, podemos citar: flexibilização das regras para o porte/posse de armas, liberação de dezenas de novos agrotóxicos, pente fino no conteúdo dos livros didáticos e provas do ENEM, atrás do que chama de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, influenciado por seu pseudofilósofo Olavo de Carvalho.

10. No campo educacional, presenciamos diversos ataques. Desde cortes de verbas de todos os níveis de ensino até à autonomia de escolas e, principalmente, de Universidades Públicas. As eleições de reitores não são mais respeitadas e os mesmos perderam o poder de indicar os pró-reitores. Além disso, o governo apresentou o projeto “Future-se”, que pretende aumentar ainda mais as parcerias público-privadas nas Universidades Públicas, ao ponto de boa parte dos seus orçamentos estarem vinculados às empresas.

11. Na política externa, vemos um presidente subserviente aos EUA, que entregou a base de Alcântara para os Norte Americanos e busca reproduzir todos os posicionamentos de Trump nas relações com outros países, causando constrangimentos com parceiros comerciais de longa data do Brasil.

12. O governo Bolsonaro, até o momento, é marcado por uma grande instabilidade, com relevantes trocas de ministros, declarações polêmicas, medidas antipopulares, fazendo com que sua aprovação, ao menos no primeiro semestre, tivesse a maior queda entre todos os presidentes eleitos por eleição direta. Sérgio Moro, um de seus principais ministros, atuou de forma partidária, junto aos procuradores, enquanto era juiz da operação Lava Jato. As conversas divulgadas pelo The Intercept Brasil comprovam este conluio para retirar o PT do poder e impedir seu retorno ao prender o ex-presidente Lula, sem provas consistentes.

13. Se aprofunda o projeto de privatização de vários setores como as estradas, portos, aeroportos, BR distribuidora, mineração, refinarias, Eletrobrás, Correios e Banco do Brasil. Acarretando diminuição e precarização de postos de trabalho, aumento nas tarifas e do número de pedágios, transferência de riqueza para outros países, arrocho salarial e superexploração do trabalhador.

14. Frente a todas essas ameaças, defendemos a construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) que vise a unidade de ação de todos os segmentos combativos da classe trabalhadora no sentido de intensificar a resistência e a luta em defesa dos direitos sociais

e políticos, do patrimônio público, da soberania nacional, de bens e serviços essenciais à classe trabalhadora.

15. É preciso reforçar os protestos e manifestações nas ruas, nos locais de trabalho, moradia e nas escolas e universidades, promovendo uma grande ofensiva contra o Governo de Bolsonaro-Mourão e seus aliados de classe em um bloco anticapitalista, anti-imperialista, rumo a superação desse sistema através da Revolução Socialista!

CONJUNTURA LOCAL

16. O movimento que levou Bolsonaro (PSL) à presidência teve maior aderência na região sul do país, em especial em Santa Catarina, que lhe concedeu mais de 75% dos votos válidos, 3ª maior votação entre os estados. Nesta onda, Comandante Moisés (PSL) fez 71% dos votos e tornou-se governador do estado. Uma de suas primeiras ações foi questionar no STF o aumento do repasse mínimo obrigatório de 15% para os gastos em saúde, além de ignorar as reivindicações históricas dos servidores estaduais.

17. O prefeito de Florianópolis Gean Loureiro (sem partido, ex-MDB), completa o alinhamento em todas as esferas de governo em torno das políticas de desmonte e entrega do patrimônio público aos interesses do capital. No primeiro mês de governo em 2017 apresentou um pacote com 25 medidas administrativas atacando diretamente a classe trabalhadora. Um de seus alvos foram os servidores, retirando direitos conquistados com muita luta pela categoria, como extinção da licença-prêmio, alteração no Estatuto do Magistério, revogação do Plano de Cargos e Salários dos servidores, redução das férias das auxiliares de sala para trinta dias, instituição do Regime de Previdência Complementar, alterando a alíquota previdenciária paga pelo município escalonando (de 14% para 28%) e pelos servidores (de 11% para 14%). Além dessas, outras medidas também apareceram e em muito se assemelham às ações tomadas pelo governo federal: modernizar o Fundo Municipal de Geração de Oportunidades para utilização nas Parcerias Público-Privada, redução do número de secretarias, desburocratização para alvarás da vigilância sanitária, e instituir o serviço voluntário na Administração Direta e Indireta no município.

18. Os trabalhadores de Florianópolis, diante dessa investida por parte do governo, não se intimidaram e enfrentaram uma greve de trinta e oito dias com a adesão de 95% dos servidores públicos com atos, assembleias, mobilizações pela cidade, com apoio e solidariedade dos trabalhadores da COMCAP. Enfrentaram repressão da polícia militar e da guarda civil. Devido à enorme pressão dos servidores nas ruas, Gean teve que recuar em alguns pontos como: retomada do Plano de Cargos e Salário com alteração na data de efetivação, retoma-se direito ao anuênio e triênio, garantindo direito de afastamento para acompanhar familiar em tratamento de doença, porém, reduzindo para seis meses, retoma direito das férias das auxiliares, do direito a licença prêmio com redução para 45 dias atrelados à formação. Vetado aumento da alíquota previdenciária bem como fundo complementar.

19. Já em 2018, Gean apresentou o programa Educação e Saúde Já, gastando cerca de 10 milhões de reais em propagandas enganosas para instaurar o pânico na população de que a única solução para a ampliação e manutenção de vagas nas creches e atendimento na saúde seria a entrega do patrimônio público para a administração via Organizações Sociais (OS). Mais uma vez a categoria entra imediatamente em greve, mobiliza vários setores da classe trabalhadora e organiza uma dura resistência ao Projeto das OS's. No dia 21 de Abril, sábado e feriado de Tiradentes, os trabalhadores junto a movimento sociais e juventude protagonizaram um dos maiores encontros contra o governo, que ficou conhecida como Inconfidência Mané, exigindo o arquivamento desse projeto enfrentando forte repressão policial. Mesmo diante de muita pressão

o projeto foi aprovado.

20. Porém, para os trabalhadores a luta estava só começando. Durante um mês foi travada uma dura batalha contra os defensores do Capital: atos descentralizados, conversas e esclarecimentos com a população, aulas públicas e, até mesmo, um acampamento em frente ao prédio da administração foi feito para protestar contra esse ataque da burguesia aos trabalhadores. Durante as negociações entre representantes sindicais e governo, optou-se por incluir na discussão as pautas da Data Base, estratégia que se demonstrou equivocada, já que o executivo conseguiu mesa após mesa tirar completamente o foco das OS's.

21. A atual diretoria do SINTRASEM paulatinamente mudou a tática e o discurso defendidos para a categoria, indicando que haveria outras formas de lutas como abaixo assinado, ocupação dos locais de trabalho designados à OS, continuidade nas ações de conscientização e, aos poucos, o movimento de greve foi perdendo sua força. Taticamente, não foi a melhor escolha, pois, acreditávamos que aquele era o momento de colocar toda nossa força contra esse ataque. Percebendo o desgaste da categoria avaliamos que seria o momento de encerrar, mas convictos que todas as fichas não tinham sido gastas nessa greve e o resultado poderia ser outro se nosso foco não tivesse mudado. Saímos com a judicialização de 40 mil da entidade SintraseM, compensação de todos os dias parados (21) mais o desconto de três dias sendo restituídos ao final do pagamento dos dias parados e, por fim, a aprovação das OS's, o que na nossa visão foi uma derrota sem precedentes para a categoria.

22. A derrota de 2018 se refletiu na Data Base de 2019 evidenciada na baixa adesão da categoria, menos de 50%, à greve. Foi uma greve de apenas três dias e apesar do quadro, estranhamente, o governo se mostrou disposto a negociar. Alcançamos algumas conquistas importantes para a categoria como a continuidade de implementação do Plano de Carreira do Civil para Outubro, concurso público para diversas áreas ainda esse ano e abono de um dia de greve e reposição de conteúdo e demanda dos demais dias. Posteriormente, avaliamos que essa receptividade do governo se deva a dois fatos: o primeiro foi a prisão do Gean no dia seguinte ao encerramento da greve, acusado receber informações privilegiadas de operações policiais, e segundo, início da sua campanha para reeleição em 2020.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

23. As enormes transformações no mundo do trabalho, notadamente a partir da década de 1980 impactaram enormemente a forma de organização dos trabalhadores em todo o mundo, com as seguidas crises do capital levando ao desmonte do conjunto da legislação trabalhista, agindo diretamente no valor da força de trabalho e na descaracterização da ideia de categoria profissional, cuja terceirização é um de seus elementos.

24. A brusca transformação do tempo de circulação do capital em escala mundial, graças às novas tecnologias, também alterou a própria noção de tempo. Nesse sentido, sua intensificação quebrou a noção de processo histórico e, ao empurrar os indivíduos para um presente permanente, esgarçou o sentimento de identidade e solidariedade de classe. Diante disso, a forma do sindicato, tal qual se organizou no fordismo, perde sua capacidade operacional de representação dos trabalhadores.

25. Está posto, aí, um grande desafio para a estrutura sindical: assumir um papel de ferramenta de resistência à exploração e questionadora do sistema de trabalho assalariado. Nesse caso, cabe a pergunta: a forma como se encontra estruturado o movimento sindical tem condições de responder aos desafios impostos pelo capital aos trabalhadores? Acreditamos que não.

26. A derrota do ciclo petista no governo federal, através do impedimento da Presidenta Dilma, trouxe consigo uma esperança de mudança para o sindicalismo Brasileiro. As principais

centrais sindicais, outrora aliadas do governo petista e por isso atuando como freio em diversas lutas, como por exemplo na Reforma da Previdência de Lula, a na minirreforma da previdência de Dilma, estavam agora obrigadas a fazer oposição ao Governo Bolsonaro. Infelizmente não é o que observamos, desde dezembro de 2018, ainda antes da posse, a CUT tem realizado conversas com o governo eleito, seu presidente declarou a necessidade de fazer uma oposição propositiva a este governo. Ora, se a direção Cutista entende o impedimento de Lula em disputar a eleição como uma fraude ao processo, como explicar a aceitação do governo eleito em razão da fraude?

27. Acreditamos que a manutenção do aparelho burocrático e o recebimento de grandes verbas explique o comportamento Cutista. As grandes centrais têm apostado na negociação com esse governo que tira direitos dos trabalhadores diariamente.

28. A crise vivida pelo movimento sindical não é fruto, portanto, de mera prática burocrática de conciliação de classes. Não que esta não exista, mas ao cruzarmos as mudanças na base econômica com o neoliberalismo e a pós-modernidade, constatamos a articulação de uma nova forma do capital se estabelecer e exercer sua hegemonia.

29. É portanto imprescindível que o movimento sindical brasileiro passe por um momento de crítica e autocrítica e, dentro da nossa categoria, o último Congresso do SintraseM tirou como Resolução a abertura de discussão quanto à sua Filiação a CUT. No entanto, a direção eleita descumpriu categoricamente a Resolução congressual e não travou nenhum tipo de debate sobre o tema. Para além do SintraseM, a Unidade Classista tem como proposta a realização do ENCLAT, (ENCONTRO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA) convidando CSP-Conlutas, as Intersindicais, MST, MTST, Oposição de Esquerda da UNE, ANEL, Sindicatos e Movimentos Sindicais do campo classista, unitário e combativo com a finalidade de avançar no processo de reorganização da Classe Trabalhadora.

PATRIMONIO E FINANÇAS

30. Suspensão dos repasses financeiros as Centrais Sindicais em momentos de Greve. Momentos de integração entre os associados (torneios, festas, sarais culturais, etc). Em momentos de greve, organizar um espaço educativo para os filhos dos trabalhadores da categoria em luta.

31. Unificação dos descontos feitos aos Associados da PMF e COMCAP, demanda aprovada no último congresso, mediante estudo e apresentação com apreciação à assembleia que não foi cumprida.

PLANO DE LUTAS

32. Revogação da lei das OSs; Unificação das datas-bases PMF e COMCAP; Em defesa da estatização da COMCAP; Fim de todas as formas de terceirização na PMF; Retorno dos direitos perdidos com o Pacote de Austeridade do Gean de 2017; Aplicação integral do PCCV do Civil; Eleição direta de coordenadores nos centros de saúde e na assistência social; Política de formação continuada aos trabalhadores da PMF e COMCAP; Cumprimento integral dos Acordos Coletivos; 50% de Hora Atividade para todo o magistério; Construção de debates na categoria sobre a filiação/desfiliação à CUT e outras Centrais Sindicais; Fim do assédio moral e perseguições política na PMF e na COMCAP; Universalização da Educação 100% pública, estatal, laica e gratuita; SUS 100% público, estatal, e de qualidade; Construir o ENCLAT: Unir para emancipar a classe trabalhadora; Garantia de estabilidade no emprego; Revogação da Reforma Trabalhista; Revogação das Reformas da Previdência pós Constituição de 1988; Revogação da EC95 do teto dos gastos; 10% do PIB para a Educa-

ção; Pelo salário mínimo do DIEESE como piso salarial; Reestatização das empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores; Pela Petrobrás 100% estatal e sob controle dos trabalhadores; Pela Reforma Agrária, terra pra quem nela trabalha; Reforma urbana, teto para todos(as); Redução da jornada sem redução de salários; Solidariedade a todos os povos em lutas contra o capitalismo; Pelo fim de todas as formas de dominação-exploração de classe, gênero e raça/etnia; Lula Livre sim, Conciliação de Classes não!; Construção da greve geral por tempo indeterminado; Construção de um bloco anticapitalista de luta; Derrotar o Governo Bolsonaro/Mourão/Guedes nas ruas; Construção do Poder Popular; Pela construção da Revolução Socialista!

ASSINAM ESTA TESE: Adriana Suarez Fernandez, Ana Gabriela Pinheiro, Artur Gomes de Souza, Catiuscia Schneider, Cecilia Olivio, Cristovam Muniz Thiago, Diogo Castanho Santana, Gabriel Nicolodelli da Silva, Guilherme Wagner, Janine Gomes Gentil, Josimar Lottermann, Lais Elena Vieira, Luiza Oliveira de Liz, Manoel Mayer Junior, Maria Fabiano Fuchs, Mariano Moura Melgarejo, Patrícia de Souza, Rafael Gaspar, Renata Machado Coelho, Thais Marcelino Cunha, Thiago Chagas Almeida de Oliveira, Salmira Jacques Coelho Kremer, Vinicius Biermann.



A CLASSE TRABALHADORA RESISTE!

Contribuição da Resistência Sindical para o Serviço Público Municipal de Florianópolis

1 - Situação Político-Econômica Atual e as Perspectivas de Resistência da Classe Trabalhadora

A crise econômica que chegou ao país na primeira metade desta década colocou em cheque o projeto de conciliação de classes dos governos petistas. A burguesia não aceitaria mais um governo que se preocupava com programas assistenciais, inclusão dos pobres através do consumo, era o momento de implementar um governo de direita “puro sangue”, sem mediações. Nada é tão ruim que não possa piorar. O governo Temer, mesmo sendo marcado pela baixa popularidade, aplicou a cartilha neoliberal no país, garantiu a aprovação de ataques importantes como a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista. No entanto a resistência aos ataques impediu que a Reforma da Previdência fosse aprovada. Graças à frente única integrada pela CUT, CSP-Conlutas, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, entre outras centrais sindicais, sindicatos e movimentos foi garantida uma forte greve geral em 28 de abril de 2017 e os ataques naquele ano não foram mais devastadores.

O governo Temer, mesmo com recorde de desaprovação, se manteve até o final por ter ganhado hegemonia na classe dominante e em seus representantes no congresso, provando que o processo de Impeachment da Dilma não teve nada a ver com sua baixa popularidade. A ofensiva política do judiciário, principalmente através da criminosa Operação Lava Jato, repleta de vazamentos de comunicações comprometedoras inclusive dos seus investigadores, garantiu o enfraquecimento do PT, partido com maior capacidade de mobilização na classe trabalhadora. A prisão ilegal de Lula e a divulgação da delação premiada de Palocci fizeram com que o descrédito do PT diminuísse em alguns setores da sociedade. Mesmo com a grande resistência do movimento “Ele não!”, dirigido por movimentos feministas, e a unificação da esquerda e dos setores democráticos em torno da candidatura de Fernando Haddad, não foi possível reverter o resultado eleitoral.

Jair Bolsonaro foi eleito graças ao apoio dos setores mais reacionários da política brasileira como os militares, grupos de extrema direita, defensores da ditadura militar, grupos ultraliberais e conservadores religiosos. Bolsonaro foi eleito e nenhuma das promessas do “mercado” foi cumprida. O desemprego ultrapassa os 13 milhões, a perspectiva de crescimento do PIB neste ano já é inferior a 1% e os números não melhoraram após a aprovação da Reforma da Previdência, conforme era prometido pela grande mídia e pelos governantes.

Infelizmente a resistência contra a reforma não foi suficiente. O grande acúmulo de derrotas somados a baixa disposição de luta de algumas direções políticas (como por exemplo a postura dos governadores petistas que preferiram negociar pontos da reforma ao invés de mobilizar contra sua aprovação) fez com que a reforma fosse aprovada Câmara dos Deputados e agora encaminhada ao Senado. No entanto a luta nessa conjuntura atual continua, os poderosos tentam nos dividir retirando estados e municípios desses ataques, mas já estudam em nos atacar com a PEC paralela que incluirá os estados e municípios.

1 “Por burguesia, entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver” (MARX e ENGELS, O Manifesto do partido Comunista, 2006, p. 23). Atualizando este entendimento, basta identificar que 26 (vinte e seis) pessoas apenas concentram a riqueza da metade mais pobre da população mundial (3,8 Bilhões de pessoas), de acordo com o Relatório OXFAM 2019, publicado às vésperas do Fórum Econômico Mundial, em janeiro deste ano.





2 – A Resistência das Servidoras e Servidores Municipários frente aos Ataques do Prefeito Gean Lorota!

Ainda nas primeiras semanas do recém empossado novo governo, Gean Loureiro apresentou um “pacotão” de 40 medidas de desmantelamento do serviço público municipal. A classe trabalhadora de Florianópolis foi a luta e numa greve de 38 dias resistimos a praticamente todos os ataques, mantendo conquistas e levantando a bandeira do “NENHUM DIREITO A MENOS”. Desde então o governo seguiu sua cartilha fisiológica de valorizar cargos comissionados que não conhecem a realidade do serviço público municipal em detrimento das/os servidoras/os de carreira. Processos Administrativos atacando quem atende na ponta é apenas um desses vários exemplos.

Falta de Materiais e insumos na Saúde, Educação e Assistência tornou-se rotina neste governo, buscando desculpas na burocracia das licitações para justificar sua incompetência, enquanto age de má fé assinando acordos coletivos e não cumprindo, como o pagamento do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro Civil (PCCV do Civil) e os reajustes inflacionários dos primeiros anos de governo, além de manter a ficha funcional dos servidores/as com o ilegal código 04 referente à paralisação de 28/04/17 e assembléia de 05/07/17. Ao mesmo tempo em que o serviço público é precarizado para os/as usuários/as, a prefeitura divulga na grande mídia que as contas do município estão positivas devido à redução de gastos desnecessários. Em resistência reafirmamos: Lá na UPA, no Centro de Saúde, na Escola e no NEIM está faltando TUDO!

No último período ainda nos deparamos com Cargos Comissionados sendo presos na operação “Alcatraz” da Polícia Federal e o próprio prefeito na operação “Chabu”, sem contar o secretário de educação que já é réu, fruto da operação “Ouvidos Moucos”.

Gean é inimigo do Serviço Público, o famoso lobo em pele de cordeiro, mas a conjuntura para o próximo pleito municipal ainda nos aponta que é possível piorar, por isso nenhuma ilusão em candidaturas que representem os interesses do grande empresariado! Dinheiro Público é para o Serviço Público!

3 – Sindicato Forte, Democrático com Unidade na Luta!

O período mais recente tem sido marcado na esfera sindical com a unidade na luta da maior parte das centrais sindicais em pautas como a Reforma da Previdência. Tal como colocado acima, o momento é de construir e ampliar a unidade em defesa dos direitos da classe trabalhadora e nosso sindicato é peça fundamental neste processo!

Apesar de vários acordos espúrios da Central Única dos Trabalhadores durante os governos petistas, é fato que o último período tem sido de fortalecer todos os instrumentos de luta da classe trabalhadora, buscando a unidade na luta para barrar todos os ataques da burguesia, superando assim as divergências táticas e estratégicas no campo da esquerda. Nesse ínterim é preciso um Sindicato forte que mantenha sua história enquanto referência a nível municipal e estadual, mas que avance nas diversas lutas da classe trabalhadora, atuando não apenas em pautas econômicas, mas construindo estratégias que qualifiquem a luta por melhores condições de trabalho, bem como esteja inserido nas mais variadas lutas da classe trabalhadora contra todas as opressões, tais como no campo da defesa dos direitos LGBT's, contra homofobia, contra o racismo e em defesa dos direitos da mulher.





4 - “Se as Mulheres Pararem o Mundo Para!”: A Nova Primavera Feminista.

Temos ocupado a vanguarda das lutas no mundo inteiro, pois as mulheres trabalhadoras estão entre os setores mais afetados, diante dos duros ataques e retiradas de direitos que temos vivido. Somos nós que demandamos mais pelos serviços públicos, que chefiamos famílias e sabemos o preço do feijão no mercado.

Uma onda de lutas, com o protagonismo de mulheres, foi percebida em todo o mundo. Contra as ditaduras na Tunísia, Líbia, Egito; O movimento Black Lives Matter contra a violência policial e as desigualdades raciais nos EUA; As massivas manifestações contra o feminicídio do “Ni una a menos” na Argentina; Os protestos contra Trump nos EUA, demonstram nossa força. Percebemos que não estamos sós. O movimento feminista e de mulheres trabalhadoras esteve à frente da luta contra o golpe parlamentar e pelas liberdades democráticas, denunciando a retirada de direitos. Lembrando que nosso 8M abriu as portas para a greve geral, derrotando a reforma da previdência de Temer em 2017.

4.1 - As Mulheres Apontam O Caminho.

A resposta veio por meio das grandes manifestações pelo Brasil. Os atos do #EleNão - maior ato feminista da História do país - foram um marco da resistência ao avanço da extrema direita e seu projeto de aumento das violências e do discurso de ódio contra todos os oprimidos, e de novos patamares de exploração do nosso trabalho.

Os ataques às mulheres, LGBTQs e negras são diários, vindos seja do presidente, seja da sua equipe. Não há constrangimentos quando defendem salários menores para mulheres porque engravidam, o aumento da idade mínima para a aposentadoria, a proibição do debate de gênero nas escolas, o ensino doméstico, as emendas constitucionais para anular a legislação – hoje ainda restritiva – que dá o direito às mulheres sobre seu próprio corpo, a alegação que não existe racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que o exército usa helicópteros e franco atiradores nas favelas, e metralha carros de passeio nas periferias, aumentando o projeto genocida em curso no país.

Não vemos sentido numa separação ou hierarquização entre as lutas das mulheres, negras e das LGBT's de um lado e as demais lutas sindicais, de outro. A experiência da opressão se traduz de maneiras diversas, assim como a atuação do Estado atinge de maneiras diferentes homens e mulheres, negras e brancas. Nossa categoria é em sua esmagadora maioria composta por mulheres. É preciso um sindicato que fortaleça as lideranças feministas, que atue de forma eficaz em nossas pautas, como a passagem do quadro das auxiliares de sala para o magistério, o avanço na implementação do PCCV, considerando e dialogando com cada setor da base, bem como as demandas de condições das Margaridas da COMCAP. Somente fortalecendo a luta feminista em nosso sindicato é que avançaremos nas pautas de toda categoria!

5 – Plano de Lutas para Fortalecer a Resistência de nossa Categoria!

I. COMCAP:

1- Nenhum direito a menos! Pelo cumprimento do acordo coletivo 2018/2019! 2- Contra o sucateamento da Frota e demais ferramentas de trabalho e EPI's! 3- Mais Vagas para o Concurso Público! 4- Equipes Completas de acordo com o quantitativo de trabalho! 5- Eleição para Gerentes/Coorde-



nadores e/ou encarregados, sem conchavo com o Patrão! 6- Gerência de todo o resíduo sólido pela COMCAP, inclusive a destinação final! 7- COMCAP 100% Pública! Concursados novos com os mesmos direitos históricos de toda a categoria!

II. MAGISTÉRIO

1- Contra os cortes na Educação! 2- Hora Atividade de 50% para todos os Profissionais da Educação! 3- Luta pela passagem das Auxiliares de Sala para quadro do Magistério - Pela criação do cargo de Professora Auxiliar de Sala, com os mesmos direitos dos/as demais professores/as! 4- Luta pela Aposentadoria Especial para todos os cargos do Magistério, incluindo Profissionais Auxiliares e Especialistas em Assuntos Educacionais. 5- Pela manutenção do direito de Cátedra! Contra qualquer tipo de assédio e desvalorização dos educadores e educadoras! 6- Em defesa da Escola pública, gratuita e de qualidade para todos/as os/as trabalhadores/as, da Educação Infantil ao Ensino Superior! 7- Por uma organização do trabalho pedagógico democrática! Pela manutenção e qualificação do processo eleitoral para Direção de Unidade Educativa! 8- Contra a Superlotação nas Salas de Aula da Educação Infantil e Educação Fundamental! Que Mandados Judiciais sejam cumpridos nas unidades educativas sem exceder o limite de crianças por sala, conforme resolução 01/2009-CME. 9- Contra a contratação de Estagiários para atuar na Educação Infantil! Estágio é para qualificar a formação, não para sucatear o atendimento, legitimando a superlotação nas salas de aula! 10- Contra a presença Militar em todas as instâncias da Educação! 11- Pela valorização da Carreira do Magistério! Pagamento do Piso do Magistério em todas as tabelas salariais, níveis e classes de aperfeiçoamento! 12- Em defesa de uma Educação de Jovens e Adultos (EJA) com as mesmas condições de trabalho que o ensino regular, com Equipe Pedagógica, profissionais auxiliares e lotação mínima de efetivos para todos os Polos e Núcleos.

III. QUADRO CIVIL

1- Luta concreta pela implementação total do PCCV! Chega de Parcelamentos! 2- Contra o Laudo que desconsidera as atividades realizadas dentro das Unidades de atendimento ao Público da Secretaria de Saúde como sendo insalubres! 3- Em defesa do direito de escolha democrática para todos os cargos de chefia na Saúde, Assistência Social e demais setores da PMF. 4- Pela garantia de Equipes de Referência Completas durante todos os períodos nos locais de trabalho da Assistência Social! 5- Pelo cumprimento da Portaria 3124/2012 e 256/2013 em relação aos parâmetros “máximo e mínimo” das equipes NASF! 6- Pela Garantia da gratificação do PSF incorporada na carreira e pelo pagamento da gratificação de extensão de jornada para os trabalhadores da Saúde que atuam com jornada de 40 horas semanais. 7- Contra o programa “LISTA DE PACIENTES” e do “SISTEMA DE ACREDITAÇÃO EM SAÚDE! 8- Pelo direito de lotação e remoção nos mesmos moldes do quadro do magistério para todos os setores da PMF! 9- Pela reconstrução e recuperação de todos os setores hoje terceirizados pela PMF tais como a Secretaria de Obras, Habitação entre outras; 10- Contra o voluntariado sanguíneo na Assistência Social! 11- Em defesa do SUS e SUAS 100% Público!

IV. GERAL

1- Por um sindicato classista e combativo em todas as lutas da classe trabalhadora! 2- Em defesa do direito democrático de organização Sindical! Contra qualquer ataque aos instrumentos de luta da classe trabalhadora! 3- Em defesa do Serviço Público! 4- Por uma participação crítica em conselhos e/ou comissões locais e municipais que constroem as lutas da cidade, tais como CME, CMS, CMAS, CMDCA, entre outros, em defesa das conquistas dos/as trabalhadores/as e da qualidade do Serviço Público. 5- Concurso Público para todas as vagas e todos os setores, sem ingerência da PMF/COMCAP! 6- Estabilidade no Emprego! Contra demissões de Concursados efetivos! 7- Pela criação imediata do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador! 8- Reajuste Salarial



anual com base no maior índice inflacionário. 9- Pagamento de Gratificação de Dedicação Exclusiva para todos os Cargos da PMF! 10- Pela revogação das leis aprovadas do Governo Gean que retiram direitos! 11- Contra a Meritocracia em todo o Serviço Público Municipal! 12- Construção e Participação nas lutas da Classe Trabalhadora pela revogação de todas as leis que retiram direitos. 13- Contra a Criminalização do Movimento Sindical e demais Movimentos Sociais e Populares! 14- Lula Livre! Preta Ferreira Livre! Em defesa das Liberdades Democráticas! 15- Contra as O.S e todos os tipos de terceirizações! Dinheiro Público é para o Serviço Público! 16- 10% do PIB Nacional para Educação Pública! 17- Contra a Reforma da Previdência! Por uma Previdência Pública e Solidária! 18- Nenhum Direito a menos! 19- Por uma Sociedade Justa e Igualitária!

ASSINAM A TESE:

Andreia Santos Da Costa Ferrao – EBM Donícia Maria da Costa;
Angelita Tefen Wingers – EBM Donícia Maria da Costa;
Aristides Hilario Goes Filho – COMOSG;
Barbara Funke Haas – EBM's Donicia Maria da Costa e Vitor Miguel de Souza;
Benedito Ferreira Filho – EBM João Alfredo Rohr;
Bruna Mansani Da Silva – EBM Donícia Maria da Costa;
Carlos Francisco Chaves – EBM Adotiva Liberato Valentin;
Christine Bareño Etges Prates - EBM Acácio Garibaldi São Thiago
Cícero Farias – Professor de Ciências Aposentado;
Claudia Schiara de Medeiros Santos – EBM José Jacinto Cardoso;
Claudir Didomenico – EBM Albertina Madalena Dias;
Cleo Carvalho Da Silva – EBM Osvaldo Machado;
Daniela Cristina Silva – NEIM Irmão Celso;
Dayane dos Santos Cordova – NEIM Maria Elena da Silva;
Diego Alessandro Kair – NEIM Irmã Sheila;
Diego Pacheco – EJA Núcleo Continente II;
Eliane Cristina Zeni – EJA Núcleo Centro III;
Elisabete Farina Pereira – EBM Paulo Fontes;
Gisely Pereira Botega – PAEFI/SMAS;
José Maria Rosa Trindade (Zeca) – EJA Núcleo Norte I
Luciana Franca Alborghetti e Silva – EBM Donícia Maria da Costa;
Marcel Noznica Penesso – NEIM Maria Nair da Silva
Marcelo Fabiano Floriani – EBM's Donícia M. da Costa e Antônio Paschoal Apóstolo;
Marcos Cordeiro Bueno (Canguru) – EBM Donícia Maria da Costa;
Marlus Henrique Tanner – EBM Donícia Maria da Costa;
Nailze Pereira De Azevedo Pazin – EBM Beatriz de Souza Brito;
Paulo Rafael Vladimir de Mello – NEIM Almirante Lucas;
Paulo Roberto Pellegrini – NEIM Stella Maris Corrêa Carneiro;
Pedro Cabral – Professor de Artes Aposentado;
Roberto Rivelino Felisbino – COMCAP;
Roni Monteiro Kampf – EBM Henrique Veras;
Rosemar Ucha Peres – EJA Núcleo Centro III;
Solange Rocha – EBM Dilma Lúcia dos Santos;
Tiago Coelho Aziz Lima – EBM Donícia Maria da Costa;
Vinicyus da Silva de Melo – EBM Adotiva Liberato Valentin;
Virgínia Maria Muniz – EBM Donícia Maria da Costa.

ORGANIZAR A LUTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO GRATUITO E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA. FORA BOLSONARO!

1. Sobre a situação internacional

A instabilidade política corre o mundo e sua raiz é a crise internacional do sistema capitalista. Embora a maioria dos países imperialistas tenha registrado uma saída da recessão, os dados demonstram se tratar de uma recuperação frágil e débil. A queda da produção na China – que tem importantes impactos no comércio mundial –, a elevação da dívida em diferentes países nos últimos 10 anos, são sinais de que novas turbulências da economia mundial estão no horizonte. Enquanto isso, jovens e trabalhadores resistem e lutam. As recentes revoluções na Argélia e no Sudão confirmam uma vez mais a disposição revolucionária presente na base da sociedade. Revoluções como estas, ou grandes mobilizações, como a dos Coletes Amarelos na França, acabam caindo em um impasse pela falta de uma direção revolucionária. Segue o problema fundamental apontado há mais de 80 anos no programa de fundação da 4ª Internacional, o Programa de Transição: “a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária”. O exemplo de um Estado Operário, mesmo que deformado, em Cuba, continua sendo um incômodo para os capitalistas. Trump parte para o ataque, com medidas de ampliação do embargo econômico à ilha. Nossa posição continua a de luta pelo fim do bloqueio econômico dos EUA contra Cuba e de defesa da revolução cubana contra o imperialismo e contra os burocratas cubanos que pretendem restaurar o capitalismo. Na Venezuela, a classe trabalhadora tem salvado a revolução diversas vezes, apesar da burocracia do aparato estatal e do PSUV. A tentativa de golpe orquestrada pelo imperialismo americano, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente, em 23 de janeiro, resultou em mais uma tentativa fracassada. Esta ação, que contou com o pronto apoio de Bolsonaro no Brasil, despertou o ódio anti-imperialista das massas venezuelanas, um sentimento arraigado entre o proletariado latino-americano.

2. Brasil: o instável governo Bolsonaro

O Brasil está inserido neste quadro político e econômico internacional. Em menos de 7 meses no poder, o governo Bolsonaro já viu sua popularidade cair 17%, chegando a apenas 32% de apoio (Pesquisa Ibope, 27/06/2019). Trata-se do pior índice de aprovação de um Presidente da República em período similar no primeiro mandato. No interior do próprio governo surgem fissuras e disputas de frações. Este é um governo com pretensões bonapartistas, mas profundamente instável e que até agora não conseguiu se estabelecer como um verdadeiro Bonaparte governando acima de todas as instituições. A realidade provou que as avaliações impressionistas após a vitória de Bolsonaro, de que o Brasil estava à beira de um regime fascista, estavam completamente erradas. No campo econômico, o país está estagnado e as perspectivas de crescimento para este ano são reduzidas seguidamente. A dívida pública, este mecanismo utilizado para encher o bolso de banqueiros e especuladores, aumenta. A dívida bruta do governo federal atingiu o recorde de 76,7% do PIB no final de 2018. Este é um mecanismo de transferência direta de valor para o capital financeiro nacional e internacional e um mecanismo que pressiona permanentemente para a destruição dos serviços públicos. O combate pelo Não Pagamento das Dívidas Interna e Externa continua sendo

um elemento central de denúncia e de combate para a ruptura com o imperialismo. A taxa de desemprego também continua subindo e já são mais de 13 milhões de pessoas em busca de trabalho, sem contar os que desistiram de buscar um emprego (os desalentados), e os que estão em empregos informais, número total que atinge cerca de 28,5 milhões de trabalhadores. As privatizações avançam, com a venda de campos de petróleo e gás e o leilão de 12 aeroportos. Apesar dos contratempos na tramitação no Congresso, toda a burguesia está em campanha pela aprovação da Reforma da Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes, que significa a destruição da previdência pública e solidária. Este é um governo ultraliberal, cujo objetivo é destruir os direitos e conquistas da classe trabalhadora para servir ao capital financeiro internacional. A consequência será o avanço da desindustrialização, a elevação da dívida, o aumento do desemprego, da miséria e da violência e a concentração brutal de capital ampliando a desigualdade e o sofrimento da classe trabalhadora.

3. A situação política após a greve geral de 14 de junho

A Greve Geral de 14 de junho contou com a paralisação de importantes setores da classe trabalhadora que têm uma tradição de organização, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, bancários, servidores públicos etc. Mas a paralisação poderia ter sido mais forte e as manifestações maiores, se as direções sindicais tivessem mobilizado de fato suas bases. Dois dias antes da greve, o presidente da CUT, Vagner Freitas, declarava que “Nesta sexta-feira, dia 14, não é para ir trabalhar, é dia de ficar em casa”. Ou seja, ao invés de orientar os trabalhadores a ir às ruas, fazer piquetes nos locais de trabalho e participar das manifestações, o presidente da maior central sindical do país orientava uma “greve de pijama”. Apesar disso, manifestações significativas ocorreram pelo país, mesmo que menores em relação às do dia 15 e 30 de maio. Vale ressaltar também que a repressão policial voltou a se fazer presente em alguns atos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O Poder Judiciário agiu considerando ilegais as greves de algumas categorias. Utilizou como argumento que as paralisações tinham um “caráter político”. Uma decisão absurda, um ataque ao direito de greve e à liberdade sindical. Mas isso revelou também a covardia política de direções sindicais, que resolveram cancelar as greves pela chantagem das decisões judiciais, ao invés de enfrentá-las redobrando a mobilização da base e chamando a solidariedade da classe. Mas a Greve Geral demonstrou mais uma vez a disposição de luta presente entre jovens e trabalhadores. O dia 14 poderia ter sido um capítulo decisivo para enterrar a Reforma da Previdência e o governo Bolsonaro. Foi um dia de luta que teve seu impacto, mas as direções sindicais bloquearam um golpe forte e decisivo.

4. A Reforma passou na Câmara Federal sem greve e luta nas ruas. Por quê?

A questão de fundo é que os dirigentes das centrais sindicais e partidos de esquerda se contentaram com um suposto mal menor, como se não houvesse mais alternativas. Jogaram a toalha e abandonaram a luta pela retirada integral da Proposta de Emenda à Constituição 6/19. A “esquerda” comprou a narrativa petista de que o impeachment da Dilma foi um golpe com origem na onda conservadora da sociedade. Essa “teoria” tem uma consequência – a maioria se nega a organizar o “ForaBolsonaro” e se conforma de que não é possível barrar a reforma da previdência. Longe de uma guinada conservadora da sociedade, o que ocorre é um tensionamento da luta de classes. Em tempos de crise, como essa que se estende com altos e baixos desde 2008, a burguesia, no mundo inteiro, combate para reduzir o custo do trabalho. Em outras palavras, retira direitos para reduzir o valor da força de trabalho. No outro lado da corda, os trabalhadores são levados à luta. As greves, manifestações espontâneas e até revoluções se espalham pelo mundo. No entanto, nesses momentos em que a quantidade de contradições acumuladas se tor-

na qualidade em formato de ebulição política, os dirigentes tratam logo de soltar o pino da panela de pressão liberando o vapor lentamente. Eles buscam meios de apagar o fogo e depois lamentar as cinzas. Assim, no 14 de junho, esforçaram-se para sufocar a Palavra de Ordem “Fora, Bolsonaro” que a Esquerda Marxista lançou e que ganhou as massas. O outro lado desta moeda é que a burguesia não conseguiu tudo o que queria. A reforma visava destruir o sistema de previdência solidária e substituí-lo pela capitalização individual. As mobilizações – ainda que freadas pelas direções – levaram à retirada desta proposta pelos deputados. Os partidos ditos de esquerda (PT, PCdoB, PSOL) só ficaram na atuação parlamentar. A CUT não chamou a greve geral por tempo indeterminado, jogando as mobilizações para o dia 13 de agosto. Assim, a CUT confunde defesa dos direitos dos trabalhadores, da educação e saúde públicas com a defesa do Estado (burguês) e se engaja na campanha “Lula Livre”, numa suposta defesa da soberania Nacional e, num ato de falso radicalismo, defende o “Fora Moro”, ou seja, a demissão de Moro (por Bolsonaro), e não se coloca a perspectiva de acabar com este governo reacionário e contrário ao interesse dos trabalhadores. Para piorar a situação, enquanto a CUT fala isso tudo, o governo prepara um pacote que aprofunda a Reforma Trabalhista de Temer, que destrói a maioria das normas de segurança de trabalho. O Congresso da CUT que se prepara tem o sentido obvio de fazer o balanço desta “derrota anunciada”, mantendo a direção que nada mudará. As traições são duras e doloridas, mas a cada golpe os trabalhadores estão mais calejados e aprendem com cada situação, tendem sempre a buscar um caminho. Por isso, o próximo passo deveria ser preparar uma greve geral por tempo indeterminado. Uma mobilização para enterrar toda a Reforma da Previdência no Senado, reverter os cortes na educação e derrubar Bolsonaro.

5. Fora Bolsonaro!

Diante deste quadro, de progressiva crise e desmoralização do governo, de crescente ódio das massas às suas medidas, o que podemos prever é que a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” se conecta com o ânimo e a necessidade de jovens e trabalhadores. O “Fora Bolsonaro” conecta cada luta econômica, em qualquer nível, com a luta política pela derrubada deste governo reacionário. A palavra de ordem “Fora Bolsonaro” pode cumprir o mesmo papel que jogou o “Abaixo a Ditadura”, que no fim dos anos 70 foi adotado pelas massas e serviu como motor para a construção de uma organização de jovens com milhares de militantes. Este foi o caso também do “Fora Collor”, lançado contra a direção do PT e dos demais partidos, e que se converteu na palavra de ordem entoada pelas massas que derrubaram o presidente. Assim como no movimento “Fora Collor!”, essa reivindicação tem a vocação de colocar as massas em movimento. E se Bolsonaro é derrubado pela ação das massas, isto pode abrir uma crise revolucionária no país, de questionamento do conjunto do regime.

6. Em Florianópolis: o combate ao Prefeito Gean Loureiro

Eleito com uma diferença de 1.153 votos para a segunda colocada, representando menos de 1% dos votos válidos, Gean Loureiro (PMDB) assumiu a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) com um discurso copiado do Presidente Ilegítimo Michel Temer (PMDB): “vou fazer um governo de austeridade!” Gean tem sido declaradamente um inimigo dos servidores públicos municipais e da população que atendemos. Já em 2017, como primeiro ato de seu mandato, tentou implementar um ajuste fiscal cortando diversos direitos dos trabalhadores do serviço público municipal, o que inviabilizaria o atendimento à população. Naquele momento a direção do sindicato contava com a participação de companheiros e companheiras da Esquerda Marxista, que dirigiram uma das maiores e mais vitoriosas greves de nossa história, que durou 38 dias. Forçando o governo Gean a recuar na quase totalidade dos ataques. Isso só foi possível porque contamos com a confiança da

maioria absoluta da categoria e da população, pois conseguimos explicar pacientemente que os ataques aos nossos direitos significavam o fechamento imediato de postos de trabalho e a redução em quantidade e qualidade no atendimento à população. E também porque fomos até o fim, sem nos vergarmos aos ataques e ameaças de prisão à diretoria do sindicato, por parte do Executivo Municipal, Câmara de Vereadores, Ministério Público e Justiça. Nossa firmeza de propósito fez com que arrancássemos um acordo que satisfizesse o conjunto da categoria e manteve o ânimo para as lutas que viriam. Em junho fizemos uma greve de 5 dias contra a aprovação do projeto de lei que transformaria a Comcap em autarquia, colocando em risco os direitos conquistados pelos trabalhadores. Saímos da greve de cabeça erguida, apesar da aprovação da lei, conscientes da necessidade de continuarmos a luta pela manutenção da Comcap como empresa 100% pública.

Em 2018, já sob a direção das correntes ligadas ao PT/CUT e PDT, a greve durou 30 dias e chegou ao fim em 11 de maio. Preocupado com a força da categoria, o prefeito acionou a justiça para estabelecer uma conciliação. Mesmo com alguns avanços em relação à pauta de data-base, a proposta apresentada pela PMF, e aceita pela diretoria do sindicato, puniu os trabalhadores, descontando 3 dias de trabalho em seus salários, exigindo a reposição de todos os dias parados, e cobrando 40 mil reais do Sindicato, ação que criminaliza a entidade pela greve, algo que nunca aconteceu em 30 anos de existência do SINTRASEM. Nossa posição foi pela continuidade da greve na luta pela revogação das OSs, contra a criminalização do sindicato e a punição aos trabalhadores. Mesmo com o fim do movimento grevista, a luta contra as OSs continua, na certeza de que a história de luta construída por esta categoria avançará sempre na direção da unidade e da resistência em defesa do serviço público. Na Comcap a principal luta foi contra o sucateamento da empresa e a luta pela revogação da lei da autarquia, além do reajuste da inflação e do ticket alimentação.

Em 2019 a situação econômica do município apresentou-se como a melhor dos últimos seis anos. Incremento na arrecadação na casa de 9% à mais que o ano anterior; gasto com pessoal abaixo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, toda a base do discurso utilizado nos últimos anos pelos Prefeitos para não repor a inflação em parcela única, pagar os planos de carreira em dia, repor o vale alimentação e estendê-lo para todos, conceder aumento real etc., foi por água abaixo. Considerando o histórico recente de greves massivas, a nossa pauta justa e boa situação econômica da PMF podemos afirmar que poderíamos ter ido mais longe nas conquistas dessa Data-base 2019. Contudo, não foi isso o que aconteceu. Depois de 42 dias de negociações, e 6 dias de greve, nos vimos obrigados a aceitar a primeira proposta concreta apresentada pela PMF. O motivo da aceitação foi o fato de termos um quadro de adesão à greve muito abaixo dos últimos seis anos. Em especial, muito abaixo dos últimos dois anos, que tivemos greves com adesões históricas. Agora podemos nos perguntar: por que tivemos uma baixa adesão na greve? Iniciamos a resposta afirmando: não há um desânimo ou medo de nossa categoria em ir pra luta. A prova disso foi que no meio de nossa greve de Data-base, que iniciou no dia 12 de junho e terminou no dia 17 de junho, tivemos o dia de greve geral contra a Reforma da Previdência. E nossa categoria aderiu em massa, fechando a maioria dos locais de trabalho. Alguns poucos trabalhadores alegaram que não iriam trabalhar por não ter ônibus. Mas a maioria absoluta parou por adesão à greve geral de 14 de junho. Na nossa avaliação, ouvindo diversos companheiros dos mais diferentes setores da categoria o que pesou na decisão de não entrar em greve foi a decepção com a forma que a diretoria do sindicato encaminhou o final da greve de 2018, aceitando um acordo coletivo com desconto dos dias parados (cuja devolução ocorreu quase um ano após e provocou prejuízos na remoção de diversos companheiros por conta da não retirada do código 04); pagamento de todos os dias de trabalho de forma integral e criminalização do sindicato. Sendo que o prefeito ainda tripudiou dizendo que as punições “eram medidas pedagógicas”. Tentamos desconstruir

esse sentimento, este gosto amargo que ficou após a Data-base 2018, ajudando na convocação pela mais ampla unidade na luta pelos nossos direitos. Mas a maioria da categoria não aderiu. Acreditamos que, mesmo com uma conquista limitada nessa Data-base 2019, a luta contra a Reforma da Previdência pode ajudar a reascender a confiança dos trabalhadores da PMF na nossa capacidade de nos unirmos para lutarmos ombro a ombro pelos nossos direitos.

7. Organização sindical no brasil

Acreditamos que para enfrentar os ataques que estão sendo organizados contra a classe trabalhadora é fundamental o fortalecimento da CUT, defendendo a retomada dos princípios de independência frente a patrões e partidos, pois a única central sindical capaz de unificar trabalhadores da cidade e do campo para mobilização e resistência. É dentro dela, ocupando seus espaços, participando de suas instâncias que ajudaremos esta central a se tornar, de fato, ponto de apoio nas nossas lutas, fazendo com que sua direção passe dos discursos à ação, organizando seu exército para o atendimento das reivindicações. Neste sentido a CUT deve romper com o tripartismo, que é a expressão da colaboração de classes no movimento sindical, voltar a se construir pela base, com sindicatos livres, combatendo os sindicatos celetistas. Somos contra aqueles que apostam na divisão da classe trabalhadora propondo a desfiliação da Central. Não aceitaremos sob nenhuma hipótese dar um passo atrás na história das conquistas da classe trabalhadora e não abandonaremos esta luta que só pode ser vitoriosa com a unidade dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações e na luta pelo socialismo!

8. Proposta de Plano de Lutas:

Abaixo a Reforma da Previdência. Preparar a Greve Geral por tempo indeterminado. Fora Bolsonaro. Abaixo o governo do capital financeiro e da reação. Por um Governo dos Trabalhadores. Não pagamento da dívida externa e interna. Educação pública e gratuita para todos! Contra os cortes na educação e na ciência. Dinheiro para saúde pública, gratuita e para todos. Estatização, sob controle dos trabalhadores dos planos de saúde, laboratórios e hospitais privados. Defesa das Liberdades Democráticas! Abaixo a Lei da Mordaza nas escolas e no Congresso Nacional. Estabilidade no Emprego. Estatização de toda empresa que demitir em massa; Estatização, sob controle dos trabalhadores, de todas as empresas envolvidas com a corrupção. Reversão de todas as privatizações. Reajuste automático dos salários de acordo com a inflação. Em defesa da Previdência Pública, revogação de todas as Reformas da Previdência dos Governos Collor, FHC e Lula.

Na COMCAP

Manutenção e defesa da COMCAP 100% pública e estatal. Contra toda terceirização de serviços. Revogação da Autarquia. Redução da jornada para 30 horas semanais sem redução salarial. Destinação final do lixo sob o controle da COMCAP. Investimentos na coleta Seletiva e Convencional. Construção das estações de transbordo no Norte e Sul da ilha.

Na PMF

Pagamento da parte restante do PCCV do quadro civil e PCS dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Controle de Endemias. Passagem das auxiliares de sala para o quadro do magistério. Eleição direta para as coordenações dos postos de saúde e manutenção das eleições diretas nos locais de trabalho da assistência social e educação. Passagem dos ACS e ACE's para o regime estatutário, conforme a emenda constitucional 51/2006 e lei federal 11350/2006

que dita a carreira. 40% de hora atividade em tempo para todos os profissionais da educação. Correção das tabelas salariais dos planos de carreira do magistério e civil. Pagamento do piso nacional do magistério na carreira. Ampliação das letras no plano de carreira do magistério. Contra a política de aprovação automática na educação. Pelo fim dos parcelamentos aos fundos de previdência dos servidores públicos municipais. Contra o fechamento dos locais de trabalho em todos os setores: manutenção e ampliação dos serviços com profissionais contratados via concurso público. Pela revogação da Lei das OS's. Retomada dos direitos que sofreram alteração com o pacote de maldades de Gean Loureiro.

Na PMF e COMCAP

Pelo fim das terceirizações, OS's e PPPs: concurso público para todas as áreas e em todos os níveis. Contra os cortes de recursos destinados aos investimentos, melhorias e manutenção em todos os setores, notadamente naqueles mais atingidos como saúde, assistência social, educação, obras, COMCAP. Pagamento em dia e dos atrasados da parte patronal da Previdência em dia PMF e COMCAP. Fim do assédio moral e perseguições políticas nos locais de trabalho. Por uma política de saúde dos trabalhadores. Unificar PMF e COMCAP em torno das pautas em comum em defesa dos direitos das classes trabalhadora. Pela independência sindical: Fortalecimento da CUT, defendendo a retomada dos princípios de independência frente a patrões e ao Estado; pela autonomia frente aos partidos políticos.

“É possível vencer, é possível derrubar Bolsonaro, é possível que uma situação revolucionária se abra neste país para avançar a luta pelo socialismo!”

APOIAM ESTE TESE:

Alex Sandro Batista dos Santos, Ana Cláudia da Silva, Rosangela Soldatelli, Márcio Bitencourt Nascimento, Winnie de Oliveira Serralheiro, Suelen Meira Pedro, José Vladimir Gouvea-Doucino, Maria do Carmo Dias Pacheco Petternon, Laurien Cristhine Ziem Nascimento, Fabiana Toledo Soares Paiva, Mariana Silveira dos Santos Rosa, Cristiane Irinéa Silva, Doris Maria da Costa, Ana Paula da Silva Godoi, Rubens Souza Júnior, Antônio Roberto da Silva, Maurino Cantídio Manuel Duarte, Marilú Eich Pereira, Sérgio Murilo Faustino, Cecília da Silva, Estácio da Rosa Filho, Luís Carlos Soares Ritter, Marcos da Silva, Ralph With, Luciana Lemos, Alexandre dos Santos Luz, Maria Benta de Souza, Rita de Cássia Martins, Samantha Mariano, Amélia Albino Machado, Fabíola Priscila de Souza Daniel, Maria Salete Carneiro da Silva, Elaine Luza Mariano, José Henrique da Silveira, Gilsem Meri Rodrigues, Denize dos Santos Costa, Tânia Gomes Oliveira, Elaine Freitas da Silva, Bernadete Cordeilho Machado, João Carlos Dorneles de Oliveira, Gilson Rodrigues Matos, Eneias Vieira Leandro, Robson Lessa, André Luiz de Guimarães, Luciana dos Santos Bernardes, Adriana Elizabete Leal, Renata Maria Luiz Conceição, Elaine Cristina, Wagner Muniz, Renate Piehowiak, Aldo César Martins, Isaac Lidio Vaz.

É POSSÍVEL VENCER!

Unidade e autonomia para avançar na luta

O capitalismo vive uma fase de decadência e de crise que atinge seus limites estruturais. As dinâmicas do capital geram uma destruição dos recursos naturais que estão nos levando para o esgotamento das capacidades regenerativas do planeta. Pesquisas internacionais apontam que para os níveis de consumo atuais seriam necessários 1,75 planetas, ainda assim, o aumento da produção de riqueza material traz níveis crescentes de desigualdade e miséria global. Segundo a Oxfam em 2018 vinte e seis pessoas possuem a mesma riqueza que 50% de toda humanidade e, segundo o Banco Mundial, mais de 3,4 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza.

Como resposta a essa crise do sistema capitalista a burguesia mundial busca garantir a reprodução de capital a qualquer custo. Se radicalizam os ataques contra a classe trabalhadora em escala global e a espoliação contra os povos da periferia do mundo. As agressões militares e as guerras se tornaram um motor da economia mundial e passam a existir como política permanente dos países imperialistas associados ao lobby da indústria armamentista e petroleira. No ano de 2018 os EUA tiveram gastos militares de U\$ 643 bilhões (aproximadamente 35% dos gastos mundiais), quase o mesmo que a soma dos outros 15 países na sequência da lista dos maiores gastos.

Nesse cenário de “vale tudo” da luta de classes ganham força, no seio da burguesia, as tendências política e ideológicas mais extremistas, as que apresentam o programa de enfrentamento mais radical contra os trabalhadores, os pobres, os imigrantes e os oprimidos em geral. Crescem a xenofobia, o racismo e políticas de ódio e criminalização da pobreza. Aumenta sobretudo a violência contra os trabalhadores organizados, os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos.

Estamos em uma época de acirramento das disputas entre as grandes potências pelo controle dos recursos cada vez mais limitados do mundo. Os EUA se mantêm na dianteira através de uma política de Estado agressiva e fascistizante contra os povos. A partir da vitória de Donald Trump nos EUA, o grande capital financeiro patrocina uma articulação internacional de extrema direita que estende tentáculos pelo mundo, estimulando a xenofobia e o fim da União Europeia (Brexit) como parte de uma estratégia de disputa pela hegemonia mundial. Trump representa o caminho do conflito contra Rússia e China, e de outro lado, a retomada radical do domínio dos EUA na América Latina. Fazem parte dessa estratégia política as guerras e conflitos no Oriente Médio e Leste Europeu, a guerra comercial com a China e as manifestações em Hong Kong, a ameaça de guerra contra Venezuela e no Brasil o aprofundamento do golpe com a eleição de Bolsonaro.

Bolsonaro e a recolonização do Brasil pelos EUA

Os governos do PT foram marcados por diferenças na forma de gestão do capitalismo brasileiro. Houve uma opção econômica pelo fortalecimento do mercado interno com foco no estímulo ao consumo e incentivo ao emprego, exonerações fiscais e financiamento público a diversos setores ligados aos bens de consumo, construção civil e ao agronegócio. Essa opção econômica atendeu muito bem aos monopólios e ao capital internacional com investimentos produtivos no Brasil, mas já não respondia plenamente aos interesses dos EUA nesse momento. Além disso, algumas políticas adotadas pelo PT se tornaram mesmo intoleráveis aos anseios cada vez mais vorazes do imperialismo, como a política de investimentos na Petrobrás, na extração de petróleo e nos serviços

ligados a estatal, o aumento - mesmo tímido - das políticas sociais e a política de valorização real do salário mínimo, com reajuste automático baseado na inflação e no crescimento da economia. No campo internacional a busca por maior diversificação nas relações com o mercado mundial que contribuíram para a derrota da ALCA e levaram o Brasil ao Mercosul e ao BRICS.

A ruptura entre governos do PT e burguesia se deu por iniciativa unilateral das classes dominantes e aconteceu como resposta articulada pelos EUA à situação de crise da economia mundial. Após seguidas derrotas eleitorais do PSDB, a opção do golpe foi amadurecendo até unificar também as frações burguesas com maiores investimentos no mercado interno. A lava jato serviu também para enfraquecer a Petrobrás e aumentar o controle internacional em monopólios como a JBS e grandes construtoras. A política do imperialismo estadunidense é decisiva porque essa fração é hegemônica no bloco de poder das classes dominantes no Brasil, está enraizada nos monopólios, no latifúndio e controla o capital financeiro presente no país.

Por não ter como perspectiva estratégica o enfrentamento e ruptura com as classes dominantes, os governos do PT não geraram a força social necessária para resistir ao golpe. Só com organização popular e clareza estratégica a classe trabalhadora pode resistir e avançar, portanto, todas as organizações de esquerda tem algum grau de responsabilidade com os rumos da classe e a análise crítica deve servir para compreender os erros e corrigir a trajetória na luta.

O golpe que levou à eleição de Bolsonaro tem um programa econômico pautado na garantia de superexploração do trabalho, dos recursos naturais e da “privatização de tudo o que for possível”. Paulo Guedes já mencionou até a intenção de vender o Banco do Brasil para o Bank of America. Em apenas 8 meses de governo o empobrecimento e o desemprego batem recordes, a produção apresenta queda e as perspectivas de crescimento do PIB estão abaixo de 1%. Em SP, grande polo industrial do país, foram fechadas 2.325 fábricas de janeiro a maio desse ano. Os indicadores são desastrosos, mas as promessas de lucro são gigantescas para o grande capital financeiro, que abocanha quase metade do orçamento nacional através da dívida pública e espera se apoderar do petróleo, da água e das terras do país.

Bolsonaro foi escolhido e apoiado pelo capital financeiro para liderar esse projeto porque está disposto a implementá-lo integralmente e porque compõem nesse governo um núcleo com aspirações fascizantes, que deseja instaurar um novo regime autoritário em nosso país. As disputas e contradições nas classes dominantes se dão em torno de divergências sobre os meios mais viáveis para aprovação desse projeto econômico e da luta por espaço no comando do Estado brasileiro. Os setores da classe dominante articulados nos partidos de direita tradicional e nos grandes monopólios da mídia almejam uma espécie de parlamentarismo, as forças armadas buscam uma reciclagem da tutela sobre todos os poderes e o núcleo duro do Bolsonarismo busca centralização de poderes no “chefe”. Nenhuma fração das classes dominantes tem compromissos com a democracia ou com o povo brasileiro, as contradições dessas frações devem ser exploradas pelo movimento popular, mas devem ser combatidas as ilusões que priorizam as eleições como saída para essa crise política. As eleições poderão ter um grande papel na política nacional, mas elas só acontecerão com um mínimo de legitimidade por força da imposição popular. Não haverá eleições, e muito menos vitória eleitoral, sem organização popular e luta permanente. O papel de uma oposição combativa é não deixar Bolsonaro governar e buscar a mobilização dos trabalhadores e da massa do povo em todas as pautas que afetam a sua vida. Do contrário, se repetirá ou se aprofundará, o que aconteceu com a prisão de Lula e os crimes da eleição de Bolsonaro.

As lutas estão aumentando por todo país, os golpistas não irão governar tranquilos, as lutas justas que surgem no meio do povo em defesa do meio ambiente, contra o racismo, o machismo e a homofobia, em defesa da educação, que costumam acontecer de forma espontânea e dispersa,

hoje veem em Bolsonaro o inimigo comum e estão convergindo contra o governo. Essas lutas irão crescer e se tornarão explosivas, elas precisam ser organizadas para que a rejeição espontânea se transforme em enfrentamento programático ao projeto das classes dominantes. Para isso é necessário muita luta, muita greve, formação política, unidade, solidariedade de classe e para isso os sindicatos, como o SintraseM, são fundamentais.

Por um sindicato livre do Estado e dos Patrões

A luta em torno da previdência é, até o momento, a melhor oportunidade de garantir uma vitória contra a política do golpe, ela nos dá a possibilidade de construir a indispensável unidade dos setores da esquerda e do movimento popular em torno de uma pauta na qual o povo está com a nossa posição e se coloca no enfrentamento a esse governo. Uma parte das centrais sindicais tem práticas mafiosas e é vinculada formalmente à direita e aos patrões - esses setores tem puxado o movimento para trás e boicotado as greves gerais, como fizeram a Força Sindical e a UGT. Entre as centrais da esquerda (Intersindical, Conlutas, CUT e CTB) existem diferenças de fundo e análise sobre o caráter do golpe e sua continuidade no governo Bolsonaro, mas essas diferenças não superam a necessidade da unidade ampla contra esse governo. As greves gerais e paralisações nacionais que acontecem desde 2016 foram possíveis porque a classe está compreendendo sua necessidade e pressionando as direções, mesmo na Força Sindical e na UGT. Os setores mais consequentes do movimento devem agir para articular a luta e explorar as contradições nos setores atrasados e dirigidos pelo peleguismo.

Dessa forma os problemas do movimento sindical não estão centrados nas direções, mas na estrutura do sindicalismo de Estado - esse sistema criado por Getúlio Vargas cria a tutela do Estado sobre o movimento operário, uma vez que o Estado é quem reconhece a representação através da carta sindical, estabelece o monopólio da representação numa única entidade, garante o financiamento através de contribuições involuntárias e aponta a data base como horizonte político do movimento sindical. Por essa razão o que mais abunda no movimento sindical brasileiro são sindicatos controlados por patrões e pelegos que se aquartelam no sindicato, bem como a pulverização como forma de disputa do imposto sindical, o afastamento entre direção e base, e a desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato.

O governo está pondo em movimento um grande ataque aos sindicatos. Já estão valendo o acordado sobre o legislado e negociações e rescisões sem a presença de sindicato. Agora fala-se em cláusula de barreira para manutenção legal dos sindicatos e proibição do desconto em folha dos filiados. Merecem olhar cuidadoso o fim do imposto sindical e a possibilidade de alteração nas regras da unicidade, porque elas podem levar à falsa impressão de que Bolsonaro irá acabar com tutela do Estado sobre o sindicato e que deveríamos passar a defender a estrutura sindical. A extinção do imposto é de fato um ataque ao sindicato, mas é um desdobramento tático possível porque o movimento sindical se tornou dependente do financiamento garantido pelo Estado. Se o governo busca alterar elementos da estrutura criada por Getúlio Vargas é por entender que eles já cumpriram seu papel e, assim, preparar uma investida para cercear ainda mais a liberdade sindical.

O movimento deve construir alternativas políticas para driblar a estrutura e a tutela do Estado. O SintraseM tem uma política de independência de classe em seu financiamento e garante a representação política da nossa categoria porque é essa a decisão política da categoria, mesmo que outros sindicatos busquem negociar em separado com a PMF. Entendemos que é hora de iniciar um debate para avançar. Florianópolis é o centro de uma conurbação urbana. Na Grande

Florianópolis é cada vez mais comum que as famílias dessa região trabalhem em uma cidade e morem e sejam usuários do serviço público das outras - existem diferenças e particularidades históricas e culturais entre essas cidades, mas entendemos que podemos dar os primeiros passos para unificar a luta em defesa dos serviços públicos municipais dessas cidades, buscando articular e instituir fóruns de debate e unidade de ação, abrindo caminho para um futuro onde poderemos avaliar a unidade dos municípios em uma mesma estrutura organizativa.

O movimento sindical também precisa aprofundar o debate sobre as opressões mantidas e aprofundadas pelo capitalismo às mulheres, ao povo negro, aos povos originários e população LGBTI. O Brasil se formou com a exploração do trabalho negro e povos originários, sendo mais de 300 anos de escravidão. As poucas medidas e políticas de reparação histórica estão sob ameaça nesse governo que combate as cotas e os povos quilombolas. Pelo culto à violência e a criminalização da pobreza o mercado das drogas e seus chefes milicianos submetem a população negra às piores condições de vida nas favelas e cadeias do país. Negra é cor do trabalho no Brasil, precisamos resgatar as lutas do povo negro apagada da história e que faz parte do movimento sindical, desde os primeiros sindicatos e greves no começo do século XX.

O trabalho doméstico é fundamental para a reprodução da força de trabalho, a submissão das mulheres às tarefas do lar garante que esse trabalho saia de graça para o capital e afaste metade da classe trabalhadora da luta política. As mulheres tem travado grandes lutas e exercido grande protagonismo na política nacional, compõem metade da população brasileira e a maioria na nossa categoria, é importante reconhecer que o machismo é um dos preconceitos arraigados na nossa cultura que representa um atraso na organização da classe trabalhadora.

Como acontece com a população LGBTI o preconceito é combustível ao capitalismo para submeter esses setores da classe trabalhadora a condições de superexploração, ao trabalho invisibilizado, inferiorizado. As lutas da nossa classe e a luta sindical devem tomar partido contra o preconceito e a opressão desses setores porque o capital lhes impõem condições mais duras de exploração e porque esse preconceito representa uma contaminação ideológica das classes dominantes entre os trabalhadores.

Resistir em defesa do Serviço Público é lutar pelos direitos do povo.

O governo Gean apresentou seu programa com o pacote em 2017: Fortalecer a especulação imobiliária e as grandes empresas da cidade, cortar direitos dos trabalhadores da PMF e da COMCAP e privatizar o serviço público. Gean não realizou todo seu programa porque nossa categoria resistiu em greves e articulando com as comunidades. Gean está alinhado às propostas do governo Bolsonaro para o serviço público, devemos estar atentos e mobilizados, Gean não merece confiança, ele busca evitar conflitos perto da eleição de 2020, mas está apenas esperando a oportunidade para os próximos ataques. Em Brasília está em pauta a demissão de servidores públicos, o fim de concursos para cargos efetivos, a redução de gastos com salários, redução dos serviços públicos e ampliação de terceirização e organizações sociais.

A estratégia do executivo é sobrecarregar os trabalhadores e sucatear os serviços para usar a demanda do povo como desculpa para privatizar. Na educação a falta de materiais, a superlotação das salas de aula, o descaso com a manutenção e a estrutura dos prédios e a ameaça constante do fim das eleições de direção. Na saúde a UPA continente gerida pela OS que não garante atendimento e reencaminha os pacientes para as UBS, a falta de medicamentos, equipes desproporcionais as demandas dos territórios, sobrecarga nos atendimentos das UPAs, a lista de pacientes e o ranqueamento que atacam a estratégia de saúde da família e que se inserem na lógica da produtividade que os governos pretende usar para demitir servidor público e. A

assistência social sempre é alvo das “primeiras damas” e visada na véspera de eleições, a gestão busca mostrar serviço prometendo abrir novos CREAS sem garantir equipe, obrigando os trabalhadores a fazerem hora extra por falta de equipe nos abrigos, nos CRAS a “integração” sobrecarrega as equipes e foca na demanda imediata em detrimento da ação planejada e voltada a articulação coletiva com as comunidades.

A intensificação do trabalho e o sucateamento estão generalizados na nossa base, mas em nenhum outro local elas são tão perigosas para os trabalhadores quanto na COMCAP. Existe uma política de estímulo a intensificação da velocidade dos roteiros na coleta de lixo, esse ritmo acelerado tem o atrativo de liberar o trabalhador mais cedo, mas gera aumento das chances de adoecimento, lesões, amputações e mortes. A prefeitura economiza em compra de caminhões e materiais às custas da saúde e da vida dos trabalhadores.

Nos próximos anos enfrentaremos grandes ataques e precisamos aprender com as mobilizações desse período. Devemos estar em mobilização e estado de alerta constantes, investir na formação política da categoria, fortalecer os Conselhos Deliberativos da PMF e COMCAP, ampliar e fortalecer o contato com a comunidade.

Propomos:

- Greve geral contra a reforma da previdência de Bolsonaro;
- Pela Liberdade sindical, rejeição a estrutura sindical que estabelece a tutela do Estado;
- Calendário que busque unificar a formação política dos Conselhos Deliberativos da PMF e COMCAP, preservadas as instancias e debates específicos.
- Intensificar o contato com as comunidades como política permanente de defesa do serviço público;
- Estimular o debate e a formação política sobre gênero e raça;
- Buscar incentivar e garantir a participação das mulheres nas instâncias deliberativas do SintraseM;
- Nas lutas específicas da categoria foco no concurso público para completar e ampliar as equipes, plano de carreira e contra a privatização;
- Que o SintraseM mude sua política de não reconhecimento dos Conselhos Municipais (Saúde, educação, assistência). Nessa conjuntura de ataque total ao serviço público alguma articulação com os conselhos permite acesso a informações e denuncia úteis a construção do movimento popular;
- Que o SintraseM participe dos fóruns locais de articulação sindical e popular, como o Fórum de Lutas em Defesa dos direitos e Fórum das centrais;
- Criação de um fórum que articule os servidores municipais da grande Florianópolis na defesa do serviço público e na construção da luta solidária em os servidores municipais e suas entidades sindicais.

ASSINAM ESTA TESE:

Kawe Graeff Campoli, Cristiano de Carli, Ricardo Rocha, Mychelle Carneiro Santana, Maria Aparecida Hahn Turnes, Djeison Stein

CALENDÁRIO

DATA	AÇÃO	LOCAL	DESCRIÇÃO
16/8 8H ÀS 18H	ÚLTIMO DIA PARA INSCRIÇÃO DA TESE	SEDE DO SINTRASEM	ART. 5º DO REGIMENTO
19/8 ATÉ 17H	PUBLICAÇÃO DO CADERNO DE TESES	SITE, E-MAILS E LOCAIS DE TRABALHO	ART. 5º DO REGIMENTO
20/8 HORÁRIO DE TRABALHO	INÍCIO DAS ELEIÇÕES DOS DELEGADOS	LOCAIS DE TRABALHO	ART. 6º DO REGIMENTO
20/9 ATÉ 17H	TÉRMINO DAS ELEIÇÕES DOS DELEGADOS	LOCAIS DE TRABALHO	ART. 6º DO REGIMENTO
20/9 ATÉ 19H	ÚLTIMO DIA PARA INSCRIÇÃO DE DELEGADOS	SEDE DO SINTRASEM	ART. 6º DO REGIMENTO
26/9 18:30 - 21:30	CREDENCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES	LOCAL DO CONGRESSO	ART. 6º DO REGIMENTO
27/9 8H30 - 12:00	CREDENCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES	LOCAL DO CONGRESSO	ART. 6º DO REGIMENTO
28/9 8H30 - 12:00	PLENÁRIA FINAL	LOCAL DO CONGRESSO	ART. 2º DO REGIMENTO